



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONOMICAS E GERENCIAIS**



**PLANO REAL, ASPECTOS GERAIS E O CONSUMO  
ALIMENTAR MINEIRO NO PERÍODO DE 1987 A 2002**

**Orientadora: Cristiane Márcia dos Santos**

**MARLON ROBERTO SOBRINHO**

**Mariana**

**DECEG / ICSA / UFOP**

**JULHO/2016**

MARLON ROBERTO SOBRINHO

**PLANO REAL, ASPECTOS GERAIS E O CONSUMO  
ALIMENTAR MINEIRO NO PERÍODO DE 1987 A 2002**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Bacharelado em ciências econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como parte dos requisitos para a obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação de Cristiane Márcia dos Santos.

**Mariana**

**DECEG / ICSA / UFOP**

**JULHO/2016**

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbir

R642p Roberto Sobrinho, Marlon

Plano Real, aspectos gerais e o consumo alimentar mineiro no período de 1987 a 2002 [CD-ROM] Marlon Roberto Sobrinho.-Mariana, MG, 2016.

1 CD-ROM; tabs., gráfs. 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais DECEG/ICSA/UFOF

1. Política monetária - Teses. 2. Moeda - Teses. 3. Inflação - Teses. 4. Consumidores - Teses - Minas Gerais. 5. Alimentos - Consumo. 6. MEM. 7. Monografia. I.Santos, Cristiane Márcia dos. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 339.9

: 15

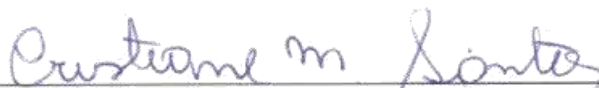
: 1415479

MARLON ROBERTO SOBRINHO  
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

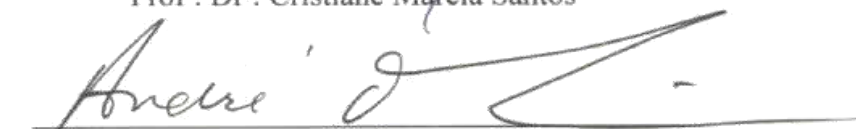
PLANO REAL, ASPECTOS GERAIS E O CONSUMO ALIMENTAR MINEIRO  
NO PERÍODO DE 1987 A 2002

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação da Profª. Drª. Cristiane Márcia Santos.

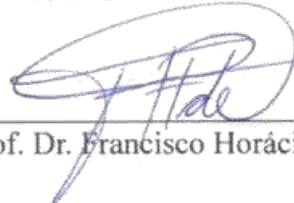
Banca Examinadora:



Profª. Drª. Cristiane Márcia Santos



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, 27 de julho de 2016

A Deus, a minha família, em especial a meus pais, Rodalice (*in memoriam*) e Alice, que estiveram sempre presentes na medida do possível e sempre acreditaram em minha capacidade, e aos meus professores que forneceram todos os recursos necessários para tornar a satisfação desse trabalho possível.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades.

A universidade de maneira geral, principalmente, a minha orientadora Cristiane Márcia dos Santos, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos que me guiaram durante todo o trabalho. E também aos docentes Francisco Horácio, André Mourthé, Ronaldo, Fernanda, Alan e José Arthur e outros pelo aprendizado adquirido.

Aos meus familiares, em especial as minhas irmãs Marcia e Elaine e a minha vó Izabel (*in memoriam*), tias Edna, Claudia e Ricardo, e também aos padrinhos Maria Alice e Ataíde pelo carinho, amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha querida companheira Rejane Maria pelo amor, carinho, afeto, compreensão e incentivo durante toda a caminhada acadêmica. E também a Dona Dirce (*in memoriam*) pelo apoio e incentivo indispensável em várias ocasiões.

E agradeço em especial a minha mãe pelo incentivo, garra e postura e à memória de meu pai ao qual me incentivou e ainda me inspira onde quer que esteja em sempre demonstrar o meu melhor respeitando o próximo acima de tudo.

E aos meus amigos da Republica Everest, Fabio Lopes, Davi, Emanuel e Dona Beatriz agradeço a todos por fazerem parte dessa árdua caminhada.

Aos amigos da graduação em especial Fábio José, Carol, Stela, Stella, Amanda, Gabriela, Tiago T, Robson, Bruno C, Larissa, agradeço pelo apoio e auxílio nos momentos difíceis e delicados vivenciados durante a graduação.

Agradeço ao colega, companheiro e amigo Brayma Mané (*in memoriam*) pelo aprendizado e pelas lições de vida. E também aos amigos Marcio, Geraldo e Dênis pelo companheirismo. E também ao Sr. Geraldo e Andreia pelo grande incentivo nessa caminhada acadêmica.

E a todos que de maneira direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## Sumário

LISTA DE GRAFICOS.....	IV
LISTA DE TABELAS .....	IV
LISTA DE ABREV. E SIGLAS.....	V
RESUMO .....	VI
ABSTRACT .....	VII
1 INTRODUÇÃO .....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	4
2.1 CONSUMO .....	4
2.1.1 CONSUMO NA VISÃO MACRO DE KEYNES (1936).....	4
2.2 MINAS GERAIS .....	8
2.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	8
2.2.2 MORATÓRIA MINEIRA.....	12
2.3 ANTECEDENTES DO PLANO REAL.....	13
2.4 PLANO REAL.....	23
2.4.1 CONSUMO E O REAL .....	23
2.4.2 VALORIZAÇÃO - O PRÉ PLANO .....	26
2.4.3 O PLANO.....	28
2.4.4 ALGUNS REFLEXOS DO PLANO.....	30
2.4.5 PÓS REAL .....	33
3 METODOLOGIA .....	38
4 RESULTADOS.....	39
4.1 ASPECTOS SOBRE O CONSUMO BRASILEIRO .....	39
4.2 ASPECTOS SOBRE O CONSUMO MINEIRO.....	43
5 CONCLUSÕES.....	49
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	51
ANEXOS.....	56

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Função Consumo a Curto e Longo Prazo, segundo Keynes.....	8
Gráfico 2 - O consumo, a renda e a riqueza durante o ciclo de vida. ....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Gráfico 3 - Evolução do PIB Brasileiro.....	15
Gráfico 4 - Variação do Crescimento do PIB - Minas e Brasil .....	18
Gráfico 5 - Percentual do consumo e PIB do Brasil, 1978 a 2004.....	24
Gráfico 6 - Inflação anual no Brasil, 1980 a 2002 em (%). ....	31
Gráfico 7 - Minas Gerais e os Simbolos do Real (%) .....	45
Gráfico 8 - Avaliação da renda familiar (%) para chegar até o fim do mês.....	47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Produção Industrial, ano base 2002. ....	10
Tabela 2 - Exportações - Minas Gerais .....	11
Tabela 3 - PIB a preço constante dos principais Estados do Brasil, 1980 a 2004.....	12
Tabela 4 - Trajetória do índice de Preço ao Consumidor na década de 80 .....	16
Tabela 5 - Dívida pública no período do Real.....	34
Tabela 6 - Brasil - Despesas de consumo .....	40
Tabela 7 - Consumo alimentar brasileiro no pós real .....	41
Tabela 8 - Minas Gerais - Despesas de consumo .....	44
Tabela 9 - Consumo alimentar mineiro no pós Real .....	46



## **LISTA DE ABREV. E SIGLAS**

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

COMISSÃO TÉCNICA DA MOEDA E DO CRÉDITO – COMOC

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – FHC

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL – FMI

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA

MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS – MQO

OBRIGAÇÃO REAJUSTÁVEL DO TESOIRO NACIONAL – ORTN

PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA – PAI

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – PND

PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR – POF

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

PROPENSÃO MARGINAL A CONSUMIR – PM<sub>gC</sub>

PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR – PM<sub>eC</sub>

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – RMBH

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS – SUNAB

UNIDADE REAL DE VALOR – URV

UNIDADE REFERENCIAL DE PREÇOS – URP

## **RESUMO**

O Plano Real foi um programa de estabilização importante para a economia brasileira no qual auxiliou na desindexação da economia e na retomada da trajetória do crescimento em diversos setores econômicos. O Plano forneceu uma melhora expressiva no cenário do país, além de lançar uma nova moeda, o Real em 1994, também minimizou os riscos relacionados a credibilidade, a confiança dos consumidores nacionais e dos investimentos estrangeiros. Os efeitos imediatos do Real se desmembravam desde o aumento da capacidade de consumo da população, o aumento do fluxo de capital externo até a redução da população miserável brasileira e a redução da pobreza. O estudo feito por meio deste trabalho contempla o contexto econômico vivenciado na década de 80, juntamente com o estudo sobre o consumo alimentício do Estado de Minas de acordo com os dados presentes nas edições da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF - 1987/1988, 1995/1996 e 2001/2002. Análises descritivas e gráficas do ambiente econômico foram utilizadas para ilustrar os fatos econômicos do Brasil e sobretudo de Minas Gerais no período de 1987 a 2002. Algumas ponderações são levadas em consideração como: o consumo mineiro destinado a alimentação que era item de maior peso até o fim da década de 80, agora passa a ser o terceiro maior item representando cerca de 17% do consumo familiar, sendo superado pelos gastos com habitação com 24% e assistência à saúde 18%, juntos respondem por mais de 40% do novo perfil do consumidor mineiro no pós Real. Em suma, as famílias têm um aumento não mais quantitativo, mas qualitativo da alimentação, ou seja, os domicílios mineiros passam a consumir mais e de modo saudável. No que se refere ao consumo alimentício, Minas Gerais também segue o comportamento da média de consumo nacional, porém há uma queda expressiva referente a alimentação fora do domicílio cerca de 13%. O frango um dos símbolos do Real é destaque em Minas, junto com o consumo de iogurte e a dentadura. As famílias em geral passam a apresentar dificuldades em manter a saúde financeira, uma vez que cerca de 84% dos domicílios apresentavam dificuldades para que a renda chegasse até o fim do mês em 2001/02. Com o trabalho conclui-se que as famílias mineiras apresentam o consumo bem próximo aos dados apresentados pela média do país além de demonstrar o lado oneroso do Plano Real através do endividamento das famílias, aumento do desemprego e da desigualdade na distribuição da renda.

Palavras-chave: Plano Real, Inflação, Consumidor Mineiro, Consumo Alimentício.

## **ABSTRACT**

The Real Plan was an important stabilization program for the Brazilian economy in which assisted in the de-indexation of the economy and the resumption of growth trajectory in various economic sectors. The Plan provided a significant improvement in the scenario of the country, in addition to launching a new currency, the Real in 1994, also played down the risks related to credibility, the confidence of domestic consumers and foreign investment. The immediate effects of the Real is dismembered from the increase in the population's consumption capacity, increased external capital flows to the reduction of the Brazilian poor population and poverty reduction. The study done by this work describes the economic environment experienced in the 80s, along with the study of food consumption Gerais State according to the data present in the editions of the Family Budget Survey - POF - 1987/1988 1995 / 1996 and 2001/2002. Descriptive and graphical analysis of the economic environment were used to illustrate the economic facts of Brazil and especially of Minas Gerais from 1987 to 2002. Some considerations are taken into account as the mining consumption for the power that was item of greater weight to the end of the 80s, now becomes the third largest item accounting for about 17% of household consumption, being overtaken by housing costs with 24% and health care 18%, together account for over 40% of the new profile mining Real consumer post. In short, families have increased not quantitative, but qualitative power, ie, the miners households started to consume more and healthily. With regard to food intake, Minas Gerais also follows the behavior of the national consumption average, but there is a significant drop related to eating outside the home about 13%. The chicken of the Royal symbols is featured in Minas, along with the consumption of yogurt and dentures. Families generally start to have difficulty in maintaining financial health, since about 84% of households had difficulties in that income could reach the end of the month in 2001/02. With the work we conclude that the mining families have the right next to the consumption data presented by the average of the country as well as demonstrate the costly side of the Real Plan by household debt, rising unemployment and inequality in income distribution.

Keywords: Real Plan, inflation, Mining Consumer, Alimentary consumption.

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 80 foi marcada como a “década perdida”<sup>1</sup> caracterizada principalmente pelas elevadas taxas de inflação. Os preços ao consumidor no país aumentavam em média 40% ao mês, o que corroborava para a deterioração dos salários e consequentemente a redução de seu poder de compra. O início da década de 90 é marcado por inseguranças e instabilidades em todo o país devido à instabilidade monetária e a carga inflacionária pesada no qual os agentes<sup>2</sup> passavam.

A estabilidade monetária era de suma importância para o país que tinha sua moeda desvalorizada e indexada<sup>3</sup> a altas taxas inflacionárias. O Plano Real vem com o intuito de acabar com a inércia inflacionária e a depreciação salarial dos consumidores, reduzindo a incerteza de empresas e consumidores diante da economia nacional (BRESSER PEREIRA, 1994).

O Plano consistia primeiramente em um ajuste fiscal de curto prazo através de medidas restritivas, contendo gastos públicos e aumentando as receitas tributárias. A segunda fase do plano era caracterizada pela implantação da Unidade Real de Valor (URV), como um padrão de valores monetários. A URV fazia a correção sincronizada dos preços da economia. E por último o Plano faz com que a URV ganhe poder e faz a reforma monetária depois de um período de sincronização e nivelamento da URV. A reforma monetária adota as ancoras monetária e cambial a fim de reduzir e estabilizar os níveis internos de preços. A partir daí ficam instituídas uma nova base monetária e uma nova moeda chamada de Real.

A década de 1990 foi cercada por profundas transformações na economia brasileira tais como baixo crescimento econômico, medidas neoliberais adotadas pelo governo e as especulações sobre um novo plano de estabilização - Plano Real, são alguns dos vários acontecimentos que contribuíram para o baixo dinamismo da economia brasileira.

---

<sup>1</sup> Década perdida devido a estagnação ao qual a economia se encontrava onde o país não crescia nem se desenvolvia e devido ao esgotamento do processo de industrialização via substituição das importações promovido pelo Estado, no qual investia muitas vezes na diversificação de um parque industrial nacional.

<sup>2</sup> Agente caracteriza-se como consumidores e empresas que juntos formam os componentes da demanda e oferta nacional.

<sup>3</sup> A moeda indexada significa quando ela é atrelada a outra moeda estrangeira a taxa de juros externas. Uma mudança dos preços da moeda estrangeira faz com que a moeda local também sofra impactos graças a essa indexação.

O Estado de Minas Gerais apresenta-se em uma melhor situação, onde veem se destacando nacionalmente desde a metade dos anos 80. Minas Gerais possui alta produtividade, dos quais cerca de 50% estão localizados na região central que envolve a região metropolitana <sup>4</sup>de Belo Horizonte (BH) e a própria capital do Estado.

Mas mesmo com um período de baixo dinamismo da indústria brasileira, Minas Gerais se manteve com índices de produção industrial bem próximos aos nacionais e superando os índices nacionais no período de 1996 a 1998. Minas consolida-se como o segundo maior exportador do Brasil e passa a ter mais notoriedade o que colabora para uma maior movimentação de capital e um maior fluxo de renda entre os consumidores mineiros. Devido à instabilidade brasileira e uma economia nacional caminhando de maneira lenta o Estado mineiro acompanha a tendência nacional e apresenta um baixo dinamismo industrial no início da década de 90. O consumidor mineiro tem seu comportamento vinculado às situações de especulação e desconfiança refletida pelo país e em seu Estado.

O Plano Real foi muito mais além do propósito de controle inflacionário, foi um fator preponderante para as mudanças da economia brasileira vigente no período. Agindo de forma diferente das anteriores já aplicadas para o controle da inflação, o Plano Real conseguiu avançar significativamente no processo de desindexação da economia.

A economia brasileira percorreu um longo período de indexação de seus preços o que acarretava no baixo crescimento e crise de liquidez. A sociedade brasileira passa a vivenciar um cenário mais propício ao consumo e desenvolvimento a partir da implementação do Plano Real lançado em julho de 1994 com uma proposta de ajuste fiscal como um dos seus principais objetivos (CASTRO, 2005).

O Plano Real promoveu uma sensível melhora na demanda e em toda a atividade econômica do país. Fatores como aumento do poder aquisitivo, recuperação dos mecanismos de crédito e das carteiras de crédito. A taxa de câmbio sobrevalorizada para favorecer as importações de bens de consumo também contribuiu para o principal objetivo do Plano que é o controle inflacionário. Essas medidas entre outras adotadas fizeram parte do início promissor do Plano Real.

---

<sup>4</sup> De acordo com o relatório da POF 1895/1996 a região metropolitana de Belo Horizonte compreende: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Lagoa Santa, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

O Plano foi bem-sucedido no que se refere a seu propósito principal de controlar a inflação, mas embora tenha estabilizado os preços em 1994 a situação macroeconômica ainda não era das melhores e o desenvolvimento ainda se mantinha em níveis inferiores de expansão. O cenário brasileiro não flexibilizou de imediato, ainda estavam presentes os baixos salários, as desigualdades sociais elevadas além de altas taxas de juros, baixo nível de investimentos públicos, alto desemprego, entre outros. Somente em 1995 as taxas de variação dos preços da economia começaram a cair e o ambiente econômico se manteve relativamente bom até o final de 1997. Em 1998 já era notória a presença de desequilíbrios externos e crise fiscal, do qual o desequilíbrio se caracterizava principalmente pela valorização do câmbio verificada no início do Plano Real graças à abertura comercial e a deterioração das contas externas (MACHADO E CASSIANO, 2005).

A ideia central do trabalho é identificar e apresentar a importância do Plano Real e o peso ou representatividade que Minas Gerais significou durante o período de implementação do Plano. Será dada ênfase a variável consumo, sobretudo o alimentício, devida a sua importância macroeconômica e o seu peso no orçamento das famílias.

Um estudo comparativo sobre o cenário no qual foi envolto o Plano Real e o comportamento do consumidor antes do Plano Real e após o período do Plano, explicitara o quanto era difícil demandar produtos em um cenário de altas taxas inflacionárias, além de mostrar também como o Plano Real reduziu as incertezas que cercavam o consumidor brasileiro e da região de Minas Gerais, resgatando o seu poder de compra.

A organização do trabalho é feita da seguinte maneira: em um primeiro momento é discutido a importância da variável consumo no âmbito macroeconômico segundo a visão de autores como Keynes (1936), e Modigliani (1963). Na segunda parte, faz-se uma análise do Estado de Minas Gerais e sua importância econômica dentro do país. Já na terceira etapa do trabalho é realizado um estudo de cenário referente a década de 80, período que antecede o Plano Real, para garantir um melhor entendimento e posicionamento sobre a referente pesquisa. A quarta etapa corresponde as análises referentes ao período do Plano real (antes, durante e depois), abordando alguns de seus impactos no período e dando uma ênfase principal ao consumo evidenciando a importância da melhora das expectativas dos agentes com relação a essa variável. A quinta parte corresponde a apresentação da metodologia referente a pesquisa. Por fim as últimas seções do trabalho apresentam os resultados e as conclusões que cercam a

pesquisa referente ao consumo alimentar principalmente mineiro e alguns aspectos do consumo brasileiro no Pós Real.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CONSUMO**

A variável consumo é de extrema importância no ambiente macroeconômico, dos quais possui relação em diversos agregados econômicos importantes para qualquer economia mundial. O consumo possui importância de curto prazo relacionada à determinação da demanda agregada dos agentes e importância de longo prazo no crescimento sustentado de vários países (MANKIW, 1995). O comportamento da variável contribui na eficácia de políticas de crescimento e controle dos níveis de preço. Também possui um peso macroeconômico no PIB, soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país por determinado período, captando em muitos casos as flutuações cíclicas sobre o produto, para alguns autores o consumo é variável chave para uma economia bem-sucedida e instrumento fundamental para o combate a recessão.

Este tópico será dividido em dois capítulos, dos quais a variável consumo será evidenciada na visão de dois autores do cenário econômico. A busca pela compreensão a respeito do comportamento dos agentes com relação ao consumo passa por dois importantes e diferentes pontos de vista desses autores.

#### **2.1.1 CONSUMO NA VISÃO MACRO DE KEYNES (1936)**

O consumo para John Maynard Keynes é uma variável fundamental para a macroeconomia pelo fato de afetar o comportamento de toda a economia. O consumo depende da renda corrente dos indivíduos e está relacionado às expectativas dos empresários, que passam a tomar as decisões baseadas no comportamento da demanda para projetar sua produção. Para Keynes o consumo envolve a renda disponível e atrelada a essa renda estão às várias decisões de consumo que variam constantemente.

Keynes em seus estudos sobre o comportamento do consumidor dedica dois capítulos a uma análise sobre as escolhas que envolvem o consumidor. De acordo com Keynes as decisões de consumo são pautadas em fatores como o volume da renda, fatores objetivos (como mudança na distribuição da renda) e subjetivos (fazer uma

reserva para evitar imprevistos), além de fatores psicológicos e hábitos dos indivíduos. Keynes vai dedicar os capítulos 08 e 09 da Teoria Geral para abordar os fatores objetivos e subjetivos determinantes no nível de consumo agregado.

No que se refere à visão de decisão de consumo agregado Keynes expõe a *lei psicológica fundamental*.

A lei psicológica fundamental em que podemos basear-nos com inteira confiança, tanto a priori, partindo ao nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos dá experiência, consiste em que os homens estão dispostos de modo geral a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em nível igual ao aumento desta renda (KEYNES, 1936, p.77).

A lei da psicológica fundamental retrata que o nível de consumo corrente não é modificado de modo proporcional devido a mudanças da renda, a propensão de consumo dos indivíduos tende a ser estável, conforme cada padrão de vida dos indivíduos. Para Keynes um aumento da renda disponível, impactaria no crescimento do consumo e também da poupança, mas esses aumentos da renda, não significarão aumentos no consumo de maneira proporcional pois a poupança aumenta simultaneamente, o que se caracteriza a priori como Propensão Marginal a Consumir – PMgC. A razão consumo sobre a renda tende a cair a medida em que a renda aumenta e o excedente de renda é remanejado a outras formas de demanda que correspondera a Propensão Média a Consumir - PMeC. A PMgC e PMeC caem conforme a renda aumenta. Para Keynes a quantidade da renda que as famílias destinam ao consumo depende não só do volume da renda, mas também das necessidades subjetivas dos agentes, propensões psicológicas e hábitos e princípios nos quais os indivíduos são submetidos (PARREIRA, 2004).

Famílias que poupam no passado, visam uma defesa de padrão de vida para o futuro, precaução efetuada no passado garante a continuidade dos padrões de vida do futuro. Os agentes podem poupar por motivos precaucionais. Em contrapartida indivíduos de camadas mais pobres na sociedade possui um padrão de consumo baixo bem próximo ao nível de subsistência, segundo Keynes a poupança entre indivíduos de baixa renda inexistente, renda é toda voltada para o consumo (OREIRO,2003).



Keynes deduz a seguinte formula do consumo:

$$C = C_o + cY_d$$

Onde:

$C$  = consumo,

$C_o$  = consumo autônomo,

$c$  = PMgC ( $0 < c < 1$ ),

$Y_d$  = renda disponível.

A fórmula sugere que o consumo privado de uma economia é feito via consumo autônomo ( $C_o$ ) adicionado de uma propensão marginal a consumir ( $c$ ) multiplicada pela renda disponível na economia ( $Y_d$ ).

O consumo autônomo se dá pelo consumo que independe da renda dos indivíduos, ele é fundamental para a sobrevivência das pessoas e do país. É tido como a porção mínima de consumo. A PMgC é o percentual da renda corrente do indivíduo que é utilizado para consumo em um certo período e assume valores entre 0 e 1 devido ao fato de as pessoas não ficarem sem consumir ou seja o 0 (zero) absoluto não existira e também os indivíduos não gastarem sua renda corrente em um mesmo período. E a renda corrente ou renda disponível é toda a produção da economia do período, deduzida a renda líquida do governo (RLG), a renda enviada ao exterior (RLE) e a renda bruta disponível as empresas (RDE).

$$Y_d^5 = Y - RLG - RLE - RDE$$

Algumas críticas a função keynesiana foram lançadas: Uma diz respeito a PMgC que decresce com ganho de renda, quanto maior a renda maior a poupança futura, o que elevava a renda do próximo período de vida, gerando um efeito intertemporal ao qual a teoria de Keynes não abstrai. A renda corrente está disponível no instante  $t$ , para um consumo em um instante  $t$ , ou seja, apenas a renda no instante  $t$  vai afetar o consumo em  $t$  (PARREIRA, CLEBER, 2004). Surge a necessidade de abordar as decisões que envolvem não só o consumo presente, mas também o consumo futuro. Vale ressaltar que Keynes vai desconsiderar a taxa de juros, a renda permanente e o ciclo de vida em sua análise de consumo.

Outra crítica refere-se a PMeC tende a sofrer uma queda à medida que a renda aumenta no curto prazo. Porém em longos períodos a PMeC não varia sistematicamente

---

<sup>5</sup> Maiores informações sobre essa identidade macroeconômica encontra-se em Simonsen e Cisne (1987).

com a renda, de modo que a função consumo a curto prazo apresenta uma curva diferente da função consumo a longo prazo, como demonstra a Gráfico 1.

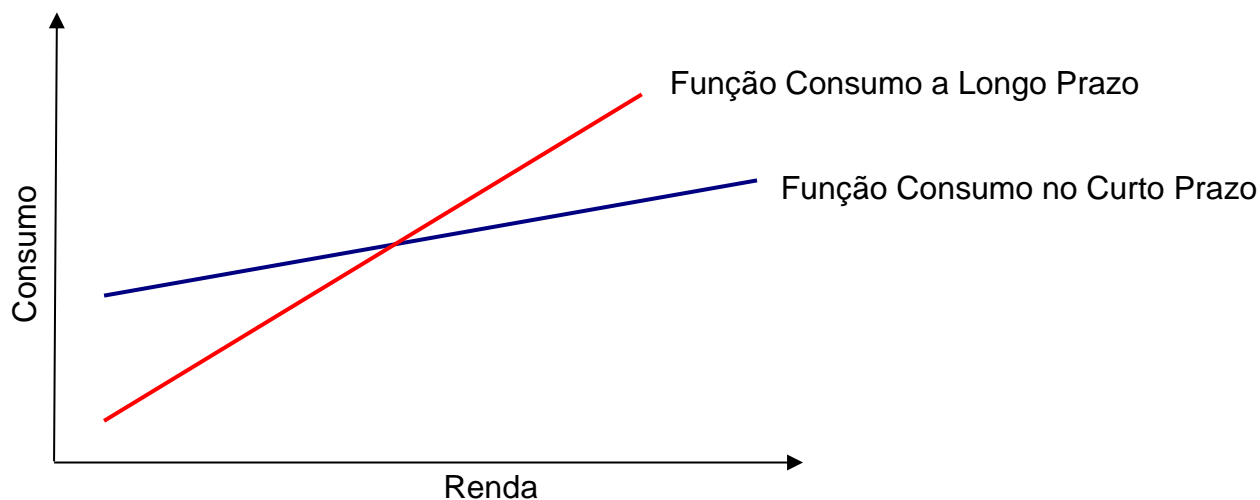


Gráfico 1 - Função Consumo a Curto e Longo Prazo, segundo Keynes.

Fonte: Keynes, 1937.

Para Keynes o consumo depende da renda corrente, no qual as economias com restrições ao crédito são as que melhor se encaixam em seu modelo, por estarem restritas ao uso do empréstimo de dinheiro e adquirirem a forma de devedores, e restando somente a opção de poupança mesmo que esta não apresente destino certo. Ou seja, economias com restrição ao crédito aproximam-se a visão keynesiana devido aos retornos inexistentes envolvendo juros e afins (RENNO, 2014).

## 2.2 MINAS GERAIS

### 2.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Minas Gerais está situada na região sudeste do Brasil, com uma posição central e estratégica no território brasileiro, com posicionamento próximo aos principais mercados do país. O Estado possui uma economia bem estruturada, moderna e diversificada o que faz com que seja o terceiro maior PIB dentre as 27 unidades federativas. Também é considerado o maior produtor nacional de café, leite e minério de ferro, além de se destacar como o segundo maior produtor de automóveis e produtos têxteis. Setores como alimentício, calçados, vestuário, minerador e siderúrgico são

setores essenciais para o Estado. Há ainda dentro do território, o maior polo industrial de empresas de biotecnologia do país e o segundo maior polo nos setores automotivo, fundição e de rebanho bovino (GOVERNO DE MINAS,2015).

O Estado de Minas Gerais é uma das potências agrícolas dentro do território nacional, no qual destacam-se a região sul e triângulo. É um dos principais produtores de alimentos, sendo autossuficiente na produção de grãos e possui um dos maiores rebanhos bovinos do país. Minas concentra sua produtividade principalmente em sua região central, que concentram as atividades industriais e de serviços. A RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte e a capital Belo Horizonte juntas respondem por boa parte da sua indústria e do PIB estadual. A região central de Minas responde por mais de 50% da produção do Estado, seguida e complementada pelas regiões Sul e Rio Doce. O parque industrial mineiro é diversificado, no qual envolve indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, automotivas, têxteis, calçadista entre outras (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Minas Gerais até o fim da década de 80 possuía uma das maiores economias dentre as unidades federativas do Brasil, com uma participação relativa no PIB em torno de 10%. Desde então essa participação está em processo de queda, ou seja, mesmo com a implementação do Plano real e a estabilização dos preços, em quase todos os mandatos governamentais em Minas o desempenho da economia local obteve resultados inferiores à média nacional. Mas vale ressaltar que o período que compreende 1996 a 2002 no qual está presente o governo de Eduardo Azeredo (1995 a 1999), seguido por Itamar Franco (1999 a 2003), o PIB mineiro registrou em média uma alta de 15,2% e assim superando a média nacional do período que era de 14,1% (CORREIA, 2014).

Existem várias oscilações no período, envolvendo momentos de estagnações e aumentos do PIB no cenário brasileiro e mineiro. Entre 1990 a 1993 com quedas no nível de expansão, fato atrelado aos efeitos recessivos do Plano Collor que minou o crescimento econômico nesse período. Entre 1994 a 1996, com a mudanças ocasionadas pela implementação do Plano Real, abertura econômica, expansão do acesso da população de baixa renda ao crédito para consumo além de juros reduzidos e câmbio valorizado, temos um aumento do crescimento da participação mineira no PIB. O imposto inflacionário foi extinto e uma melhora nas classes sociais mais pobres e um ligeiro aumento do crescimento na economia. Entre 1994 e 1996, o crescimento do Estado mineiro foi de 4,89% ao ano, nesse mesmo intervalo de tempo o Brasil cresce 4,24% (BDMG, 2013). A tabela 1, vai demonstrar o comportamento da produção

industrial brasileira e como os dados referentes a Minas Gerais ultrapassam os brasileiros nos primeiros anos do Real de 1994 a 1996.

Tabela 1 – Índice de Produção Industrial, ano base 2002.

Período	Minas Gerais	Brasil
1991	74,51	77,07
1992	73,84	73,93
1993	77,65	79,75
1994	84,15	85,90
1995	87,29	87,46
1996	90,92	88,56
1997	94,95	92,37
1998	91,10	90,46
1999	92,09	89,92
2000	100,41	95,82
2001	100,14	97,35
2002	100	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA.

Ocorre uma relativa estabilidade no PIB, nos anos de 1995 a 2002, com uma ênfase na queda de participação total nos anos 2000 e uma retomada no ano de 2002 saindo de um PIB de 8,7% para 9,3% em 2010 (BDMG, 2013).

Entre 1989 e 1999, o PIB Brasil cresceu 1,65% ao ano e o PIB per capita 0,21%. A economia mineira em contrapartida apresentou um bom desempenho face a realidade enfrentada pelo país. O PIB em Minas Gerais cresce 2,35% ao ano com um PIB per capita de 1,04% (GOVERNO DE MINAS GERAIS-PMDI<sup>6</sup>, 1999).

De 1990 e 1994 Minas manteve relações econômicas superavitárias com o estrangeiro, as exportações aumentaram 5% enquanto as importações ficaram constantes conforme o registrado no período em cerca de 1%. Minas se consolida como o 2º maior exportador<sup>7</sup> do período conforme tabela 2. A participação do Estado mineiro cresce de 13,6% em 1997 para 14,8% em 1998. O crescimento das exportações mineiras é graças ao bom desempenho dos setores minerador e alimentício, que colaboram com 31,9% e 40,9%, respectivamente (GOVERNO DE MINAS GERAIS-PMDI, 1999).

<sup>6</sup> Plano Mineiro De Desenvolvimento Integrado (PMDI).

<sup>7</sup> Minas Gerais na década de 90, tem uma mudança importante no que se refere a sua pauta de exportação. A indústria metalúrgica reduz sua participação no mercado enquanto a indústria de alimentos tem sua participação ampliada.

Tabela 2 - Exportações - Minas Gerais

Período	US\$ FOB	Taxa de Crescimento
1992	4.828.644.372	-
1993	5.004.243.355	103,64
1994	5.693.376.063	113,77
1995	5.860.661.939	102,94
1996	5.790.383.779	98,80
1997	7.227.701.328	124,82
1998	7.590.666.898	105,02
1999	6.382.017.158	84,08
2000	6.712.298.519	105,18
2001	6.059.713.464	90,28

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Aliceweb/MDIC.

O Estado mineiro acompanhando o processo de desenvolvimento pós-plano real se beneficia e se insere novamente no caminho do desenvolvimento mantendo-se a uma taxa acima do nível nacional. O consumo como item importante para a retomada da trajetória mineira, se expande e passa a gerar um bem-estar maior para toda a população mineira.

Após a implantação do Plano Real os consumidores mineiros assim como o restante dos consumidores brasileiros alteram o padrão de consumo, devido à melhora da situação econômica do país. A melhora nas expectativas dos cidadãos foi evidente, o que aqueceu a economia da região refletindo na melhora do PIB mineiro do período. Tendo uma inversão nas suas escolhas antes baseadas na cautela e segurança, o novo consumidor passa a ter uma moeda mais forte e expectativas positivas sobre sua capacidade de compra.

Graças ao crescimento e expansão da indústria mineira no período, Minas Gerais passa a representar por quase 10% do PIB nacional do período de 1980 a 2004, o que colocava o Estado mineiro como a terceira maior economia brasileira, apresentando números relativamente e expressivos para sua economia. Veja tabela 3.

Tabela 3 - PIB a preço constante dos principais Estados do Brasil, 1980 a 2004

Ano	Brasil	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Rio Grande do Sul
1980	100,00	38,70	15,00	9,42	6,87
1985	100,00	37,91	14,13	9,80	6,97
1986	100,00	38,22	14,42	9,32	6,35
1987	100,00	37,21	13,70	9,86	7,35
1988	100,00	36,91	13,78	9,72	6,73
1989	100,00	37,07	13,97	9,71	6,07
1990	100,00	35,71	13,61	9,66	6,49
1991	100,00	34,90	13,45	9,73	6,96
1992	100,00	33,92	13,18	9,50	7,57
1993	100,00	34,31	12,73	9,43	7,43
1994	100,00	34,59	12,40	9,47	7,37
1995	100,00	34,80	12,22	9,39	7,38
1996	100,00	34,51	12,08	9,53	7,21
1997	100,00	34,52	11,80	9,50	7,39
1998	100,00	34,10	11,89	9,47	7,32
1999	100,00	33,54	11,91	9,45	7,41
2000	100,00	33,53	11,71	9,52	7,40
2001	100,00	33,21	11,66	9,39	7,46
2002	100,00	32,72	11,78	9,48	7,38
2003	100,00	32,22	11,52	9,50	7,42
2004	100,00	32,35	11,25	9,52	7,25

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.

### 2.2.2 MORATÓRIA MINEIRA

Um importante acontecimento que envolve Minas Gerais, a economia nacional e o Plano Real, foi a moratória do Estado mineiro decretada pelo então governador do Estado Itamar Franco que vai mudar o cenário político brasileiro. O governador foi eleito em 1998 e adota uma política que confronta com o Governo Federal do qual envolve a renegociação de dívidas do Estado para com a União. Envolto por um ambiente de turbulência, logo no primeiro dia de governo, Itamar já decreta a moratória do Estado mineiro (GOVERNO DE MINAS,2015).

A moratória dos pagamentos é decretada por 90 dias após verificar que os cofres do governo mineiro estavam vazios, sem dinheiro suficiente para efetuar pagamentos de salários e despesas do Estado. O então governador Itamar Franco afirma que não iria honrar uma série de compromissos firmados pelo ex-governador Eduardo Azeredo e o Governo Federal, causando efeitos como a queda no valor dos títulos brasileiros e no exterior, queda das bolsas de São Paulo, México e Argentina e o abalo nas relações com

o presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC. Temos que a queda da Bolsa nacional impacta em um fechamento de -5,13%, além das especulações que cercam os C-bonds<sup>8</sup> já apontarem a queda devido a moratória mineira. A oposição ao governo ganha força e os Estados com oposição ameaçam um pedido de moratória conjunta em solidariedade a Itamar Franco, dentre eles Rio de Janeiro com Anthony Garotinho e o Rio Grande do Sul com Olívio Dutra (MAGALHÃES,1998).

O Estado de Minas Gerais após decretar moratória causou grande impacto na economia nacional e grande repercussão estrangeira. O Governo brasileiro agiu de maneira rápida afim de minar as forças das oposições com a moratória mineira e promoveu medidas de apoio aos Estados que foi fechada por meio de assinatura de um acordo global de renegociação com o governo Federal em 2000 (CARDOSO, 1999).

O consumidor mineiro não diferente do restante dos consumidores brasileiros se viu em uma melhor situação após a implantação do Plano Real. A melhora nas expectativas dos cidadãos é evidente, o que aquece a economia da região e vai refletir na melhora do PIB mineiro do período. Tendo uma inversão nas suas escolhas antes baseadas na cautela e segurança, o novo consumidor passa a ter uma moeda mais forte e expectativas positivas sobre sua capacidade de compra (CASTRO, MAGALHAES, 1998).

### **2.3 ANTECEDENTES DO PLANO REAL**

Foram vários planos de estabilização até chegarmos ao Plano Real, que envolvem um período de 1979 a 1991. A moeda chamou-se de cruzeiro (1970-1986), Cruzado (1986-1989), Cruzado novo (1989-1990), voltou a ser Cruzeiro (1990-1992), Cruzeiro Real (1992-1994) e por fim um sistema bi monetário (URV e Cruzeiro Real) no primeiro semestre de 1994. O cenário de hiperinflação lançava desafios as diversas instituições sobre o que fazer e como reagir frente o congelamento ou não de preços e dos ajustes fiscais. Havia uma necessidade extrema de uma política de estabilização segura e que desse segurança aos agentes econômicos e principalmente o consumidor (IANONI, 2009).

---

<sup>8</sup> C-bonds (Capitalization Bond - bônus de capitalização) são títulos brasileiros negociáveis no exterior, possuindo uma alta liquidez de mercado. Para o governo C-bonds em queda causam alertas, pois esses títulos agem como o termômetro da confiança que os investidores estrangeiros têm no país.



O período que antecede o Plano Real, mais precisamente a década de 80, ela é marcada de maneira drástica, desde o seu início com a segunda crise do petróleo, já no final de 1979. O segundo choque do petróleo fez com que o financiamento externo se torna ainda mais escasso devido aos novos aumentos do petróleo e o governo estava muito limitado para que pudesse intervir na economia devido à falta de recursos. A partir de 1981 políticas macroeconômicas de caráter restritivo foram adotadas pelo governo. Dentre as políticas se destacam medidas como: aumento da arrecadação, controle dos gastos governamentais, modificações na política de salários e o controle do crédito da economia. As medidas econômicas de caráter restritivo do período acarretaram na queda dos níveis de produção, de arrecadação e de qualidade de vida. A crise econômica e o esgotamento da capacidade do Estado em crescer e desenvolver a economia é eminente. Com um cenário tão adverso o governo optou de início em não pedir nenhum auxílio ou apoio aos órgãos internacionais com o intuito de se proteger de críticas sobre a condução de seu país e também de intervenções drásticas ao qual estavam sujeitos os países que requisitam apoio externo.

Mesmo com tantas medidas restritivas os preços não cederam no período e reforçaram ainda mais a inércia inflacionária<sup>9</sup>. A década de 80, a inflação do período chega a ser classificada como “puramente inercial” devido a inflação passada explicar a presente e estar fortemente correlacionada. O PIB real dos anos 80 teve o primeiro declínio desde a Segunda Guerra, com um valor expresso por: - 4,3% (1981), valor influenciado sobretudo pelo 2º choque do petróleo aliado ao crescimento da dívida externa e interna<sup>10</sup>. E um segundo declínio em 1983 puxado por uma maxidesvalorização cambial de 30%, dentre outros fatores, fazendo com que a inflação se eleve e o PIB contraia para 2,9%. Um outro instante de grande queda no Produto brasileiro está em 1990 no qual o índice alcança - 4,4%. A queda acentuada se dá pelo cenário de hiperinflação e o bloqueio dos ativos decretado pelo então presidente Fernando Collor de Mello<sup>11</sup>. Já em 1994 a economia brasileira volta a crescer puxada

---

<sup>9</sup> Processo de reajuste automático dos preços que é baseado na inflação passada, e reforçada pela economia indexada do período. As formações dos preços mudam de patamar e permanecem subindo de maneira gradativa.

<sup>10</sup> O aumento da dívida interna se dava pelo governo de Figueiredo (último presidente do regime militar) no qual dava continuidade à política fiscal expansionista presente no período dos governos militares afim de garantir o crescimento econômico. A política é eficaz somente no início da década de 80 onde a obsessão pelo crescimento econômico faz o PIB crescer cerca de 9,2% e a partir daí uma queda brusca fruto das consequências fiscais, monetárias e cambiais não consideradas até então.

<sup>11</sup> Fernando Collor era conhecido como o “Caçador de Marajás” devido ao seu slogan de campanha no qual objetivo era acabar com a corrupção no país e os políticos que se aproveitam da máquina estatal.

pela forte recuperação da economia americana que contribui para o aumento das exportações e crescimento da indústria e o PIB cresce 5,4. O PIB brasileiro no geral cresceu 2,9% a.a. na década de 80 e 1,7%<sup>12</sup> a.a. no período de 1990 a 1999. Veja gráfico 3.

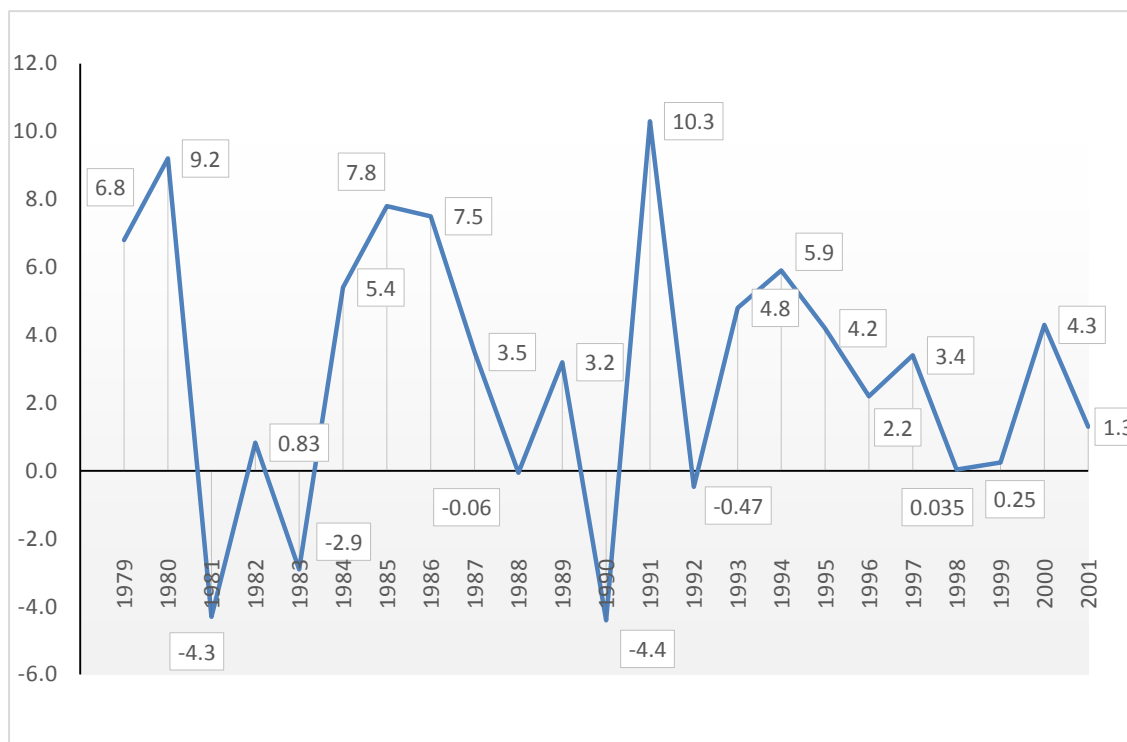


Gráfico 3 - Evolução do PIB Brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Em 1982 ocorre a moratória do México<sup>13</sup> que mexe com toda liquidez da América Latina e faz com que o Brasil iniciasse conversações com o Fundo Monetário Internacional – FMI, até então não cogitado pelo governo. Devido à proximidade das eleições gerais, o fato de recorrer ao FMI poderia atrapalhar os rumos eleitorais, fazendo com que o governo fixe um compromisso de superávit primário junto a um documento do Conselho Monetário Nacional – CMN e somente oficializa-se o pedido de auxílio após as eleições em novembro de 1983. Após formalizado o pedido junto ao

<sup>12</sup> Nesse mesmo período o PIB per capita cresce a uma taxa média anual de 1,17%, dos quais 90% do crescimento do PIB é explicado pelo aumento da produtividade do trabalho.

<sup>13</sup> A moratória da dívida externa mexicana foi declarada em agosto de 1982, ocasionando para o período um completo desarranjo financeiro internacional. A moratória se deu pelo fato da economia mexicana estar muito vulnerável e fortemente interligada a economia norte-americana. Os EUA que já sofria com as crises do petróleo promove um aumento dos juros, o que faz o pagamento da dívida externa mexicana ficar inviável.

FMI, as decisões com respeito a dívida externa brasileira eram resolvidas em conjunto com o Fundo.

O período de 1981 a 1984 o governo em parceria com o FMI obteve êxito com relação ao ajuste externo da economia, devido ao forte ajuste para estabilizar o balanço de pagamentos. O ajuste levou o déficit público para perto de zero, porém a inflação não reduziu e aumentou para um patamar de 100% ao ano para 200% durante o ano de 1983 e se estabilizou-se de modo inercial até o final de 1985. O ano de 1986 com as medidas adotadas pelo Plano Cruzado, o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo reduz momentaneamente para 79%, mas a partir daí as pressões inflacionárias projetam o índice para valores exorbitantes, conforme dados da tabela 5 (BRESSER PEREIRA, 2010).

Tabela 4 - Trajetória do índice de Preço ao Consumidor na década de 80

Ano	IPCA (%)
1980	99,25
1981	95,62
1982	104,79
1983	164,01
1984	215,26
1985	242,23
1986	79,66
1987	363,41
1988	980,21
1989	1972,91
1990	1620,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Ressaltasse a importância que foi atribuída a alta taxa de inflação durante esses três anos e o maior foco a taxa nos anos seguintes a década de 80, onde já se observa nos anos de 1984 a 1986 a balança comercial estabilizada e o país voltando a crescer baseado no aumento do consumo, o que gerou um otimismo de que a crise havia sido superada.

O período foi marcado pelo aquecimento do consumo devido as medidas adotadas pelo Plano Cruzado. O Plano consistia em uma proposta de choque heterodoxo onde tinha como principais medidas a mudança da base monetária deixando o Cruzeiro e adotando o Cruzado como nova moeda nacional, afim de acabar com a inflação..

Houve congelamento de preços especificados pela tabela da SUNAB que vigorava como uma das principais medidas do Cruzado para tentar acabar com a inflação crônica do período. Os preços dos produtos eram acompanhados e vigiados pela população. As pessoas desse período que faziam esse acompanhamento eram rotuladas como as fiscais do presidente<sup>14</sup> ou “as fiscais do Sarney”, então presidente da época, o povo ajudava e acompanhava de perto o comprimento das especificações da tabela da SUNAB com respeito ao congelamento dos preços dos produtos. Também houve a desindexação da economia via extinção da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) que visava acabar com as expectativas de inflação presentes nas obrigações financeiras. E a política salarial também foi abordada no período no qual os salários foram congelados e reajustados anualmente.

De 1985 a 1989, ocorreram melhoras no PIB que teve como principal fator algumas medidas de contenção impostas pelo governo. Há um superaquecimento da economia no período, puxado pelo aumento do consumo. Em contrapartida ocorre o desabastecimento da economia devido à forte incidência do consumo e uma redução das receitas do governo em razão dos gastos excessivos do próprio governo. O gráfico 4 vai mostrar a variação do crescimento do PIB brasileiro e o de Minas Gerais, onde observa-se o baixo dinamismo da economia brasileira e mineira<sup>15</sup> de 1986 a 2002.

---

<sup>14</sup> O presidente José Sarney assume a presidência em 22 de abril de 1985, após a morte de Tancredo Neves. O ano de 1995 é um ano cercado de expectativas que após 21 anos de ditadura o Brasil tem uma nova república governada por um presidente Civil.

<sup>15</sup> Mesmo com uma economia de baixo crescimento e baixo dinamismo o Estado de Minas Gerais consegue manter uma taxa média de crescimento superior à média nacional no período de 1990 a 1999, com 2,86% enquanto a média nacional era de 2,26%.

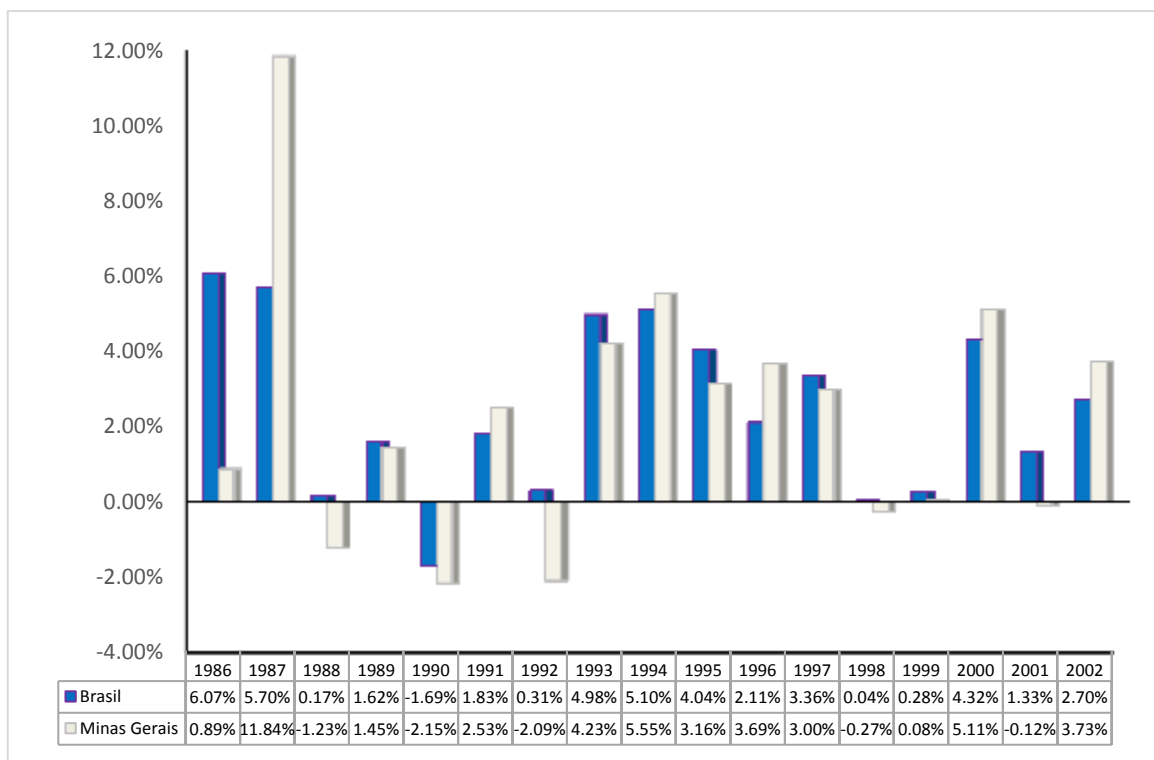


Gráfico 4 - Variação do Crescimento do PIB - Minas e Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Ainda na década de 90, mais precisamente em julho de 1986, a equipe econômica percebe os perigos da demanda eufórica e age de forma rápida e coerente, adotando um pacote de medidas para conter as pressões de demanda. O pacote de medidas tratava-se do “Cruzadinho”, um pacote fiscal para conter o consumo acelerado via cobrança e aumento de impostos. Uma outra função do pacote era a de financiamento do governo para cobrir investimentos em infraestrutura e metas sociais. O cruzadinho trouxe muito descontentamento geral em toda a população e não conseguiu conter as pressões da demanda, que consumia ainda mais temendo o descongelamento dos preços.

Em novembro de 1986 temos um novo pacote fiscal do governo, que temia uma inflação de demanda. O pacote foi lançado após as eleições era o Plano Cruzado II que tinha dentre seus objetivos aumentar a arrecadação do governo em torno de 4% do PIB. O Plano consistia em aumentos dos preços administrados, aumento nos impostos indiretos de alguns bens específicos, minidesvalorizações da moeda para controle da taxa de cambio e a reindexação de todos os contratos financeiros. Vale ressaltar que para a realização do Plano inicialmente o governo fez através do Ágio que era cobrado

em relação aos preços congelados. Com tal atitude o governo coloca em perigo a credibilidade do congelamento de preços e já transparece o inevitável descongelamento dos preços e a alta da inflação (CERQUEIRA, 2007).

O segundo semestre de 1986 já revelava uma inflação alta que era aliviada via gatilho inflacionário<sup>16</sup> pelo governo quando chegasse aos 20%. Tal estratégia era inevitável para aliviar as pressões mesmo com os preços ainda congelados. O Plano Cruzado II já representava uma maneira inevitável de abandonar o congelamento dos preços.

As violações no congelamento dos preços já eram evidentes o que fez com que o descongelamento ocorresse já em 1987. Em fevereiro de 1987 ocorre de maneira oficial o descongelamento dos preços. O congelamento teve seu fim graças aos reajustes feitos devido ao ágio já praticado pelo mercado e pela própria indecisão do governo em flexibilizar os preços, por motivos econômicos e políticos. O governo perde a oportunidade de ser o mentor do processo e se adapta a nova imposição do descongelamento já praticada pelo mercado.

Em junho de 1987 temos mais um novo plano econômico conhecido após o fracasso do Plano Cruzado, o Plano Bresser. O novo Plano tinha como objetivos cobrir as lacunas deixadas pelos planos anteriores e levava esse nome por ser adotado pelo então indicado ministro da fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira. O objetivo do Plano era parar a inflação acelerada do período e realizar um choque através da retirada do gatilho inflacionário e a redução do déficit público via congelamento de preços.

O Plano Bresser veio novamente com a proposta de congelamento dos preços e salários vigorando durante três meses na economia, fato que não foi respeitado devido as experiências nada agradáveis do Plano Cruzado. Uma outra proposta era as minidesvalorizações do cambio em frequência menor do que a realizada anteriormente e o não congelamento da taxa de cambio. Houve a criação da Unidade Referencial de Preços (URP) que fazia as correções salariais dos 3 meses seguintes a partir da observação da inflação dos 3 meses anteriores. O ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira frente a insatisfação e a recusa da população frente a reforma tributária do seu Plano econômico pede demissão em janeiro de 1988<sup>17</sup> e quem passa a coordenar as ações

---

<sup>16</sup> Estratégia econômica que aumentava o salário sempre que a inflação chegasse a uma certa porcentagem.

<sup>17</sup> Um importante acontecimento foi a implantação da constituição de 1988, que garantiu uma certa rigidez em favor dos gastos públicos onde as despesas tinham que ser autorizadas pelo congresso nacional.

como ministro da fazenda no final do governo de Jose Sarney, presidente, é o ministro Maílson Ferreira da Nóbrega.

Em janeiro de 1989 temos um novo Plano econômico para tentar frear a alta inflacionaria o Plano Verão. O Plano Verão promoveu uma nova mudança na base monetária criando uma nova moeda o Cruzado Novo, com a promessa de ajuste fiscal nas contas do governo. O Plano não obteve êxito devido as proximidades das eleições para presidente e a falta de credito do governo perante a população após tantas tentativas de intervir na economia sem sucesso.

O período correspondente a quatro anos que percorrem os anos de 1985 e até 1989 temos a incidência de quatro Planos econômicos para sanar ou controlar a alta inflação e ambos presentes em um mesmo governo, o de Jose Sarney. Nesse período observa-se o crescimento médio do PIB brasileiro de 4,3% ao ano. Lembrando que um fator preponderante para o crescimento na segunda metade da década de 80 foi o avanço das exportações em virtude do amadurecimento dos projetos do II PND<sup>18</sup> e da melhora na economia mundial (AGUIRRE, 1997).

No final de 1989, o Plano Brasil Novo (Plano Collor I) é apresentado, um Plano que cujo lema era a modernização e tinha como objetivo a redução da quantidade de dinheiro em circulação na economia afim de inibir o consumo que impactaria na redução das altas taxas de inflação do país que batia na casa dos 2.000% por ano. Foi um Plano de estabilização que tendia a corroer o já desgastado crédito do Estado e das empresas, devido a intensidade da recessão ao qual foi proposta. Naquele momento uma recessão forte colocaria em questionamento o próprio governo e as suas medidas de controle inflacionário.

O Plano Collor foi implantado logo depois da posse de Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990 e era de caráter misto e combinava medidas fiscais e monetárias de cunho ortodoxo e heterodoxo. Ele tinha em seus moldes políticas fiscais para superávit operacional de 2% do PIB e a eliminação do déficit, política de comercio exterior que propõe liberalização do comércio exterior e redução de tarifas de importação, política de rendas com intuito de prefixar e desindexar a economia, política

---

<sup>18</sup> O II PND (1974 – 1984) foi um programa de investimentos elaborado durante o governo de Geisel, que tinha o intuito de combinar a manutenção e o controle de altas taxas de crescimento com uma nova proposta ou estilo de desenvolvimento econômico. O programa buscava um ajuste macroeconômico não convencional diante da crise e tinha como objetivo principal a realização de um ajuste estrutural alinhado a um crescimento sustentável no longo prazo.

cambial e monetária<sup>19</sup> como principal meio de intervenção para que o Estado possa obter o controle da moeda.

A princípio houve uma ligeira queda na inflação devido ao bloqueio dos ativos financeiros, abertura comercial e adoção de um câmbio flutuante e o início da liberalização do comércio exterior. No que se refere ao congelamento de preços que mais tardiamente foram liberados de maneira gradual e a desindexação de salários, o Plano Collor enfrentou uma oferta retraída devido à escassez vinda do controle monetário que fez o capital de giro das empresas ficar escasso. A demanda por bens de consumo se expande por causa do comportamento dos agentes que antes mantinham suas riquezas em ativos financeiros e agora passam a compor essa riqueza na forma de ativos reais, como os bens de consumo duráveis, por exemplo (NAKANO,1991).

O Plano Collor promoveu no país uma redução drástica de liquidez graças ao confisco de liquidez advindo do bloqueio dos ativos financeiros acima de NCZ\$ 50 mil (cruzados novos) que estavam nos bancos de grande parte da população brasileira. Essa medida veio através de uma Medida Provisória que realizou o bloqueio dos depósitos à vista, poupanças e aplicações de curto prazo com a promessa de devolução 18 meses depois em parcelas com taxa fixa de remuneração. Houve também um declínio da atividade econômica e muita pressão para a liberação antes do previsto do bloqueio financeiro. A desestruturação do sistema produtivo levou a uma retração do PIB e uma deterioração da balança comercial com ausência de financiamento da balança de capitais graças a forte desvalorização cambial. A inflação do período ainda estava acelerada no início do ano de 1991 e um governo com muita dificuldade de se financiar (CARVALHO, 2006).

Tendo em vista um cenário à beira de um colapso o governo volta a lançar um novo Plano para conter a volta da inflação após o lançamento do primeiro pacote econômico. O Plano Collor II também segue a linha do congelamento de preços e salários e a substituição da antiga ministra<sup>20</sup> da economia que teve sua imagem aliada ao fracasso do confisco dos ativos financeiros. Foi feita uma elevação de juros, via

---

<sup>19</sup> A política monetária do período substituiu a moeda do período, o Cruzado Novo, e volta com a antiga moeda o Cruzeiro. Tal política tem como objetivo o controle da emissão, redução da liquidez ou reorganização do meio circulante.

<sup>20</sup> Zélia Cardoso de Mello foi ministra da fazenda durante parte do governo de Fernando Collor De Mello e mentora do Plano Collor I. Em maio de 1991, Zélia renuncia ao cargo após pressões e muita insatisfação pelo confisco envolvendo o seu plano econômico é chamado para seu lugar Marcílio Marques Moreira embaixador do Brasil em Washington.



tarifação<sup>21</sup> e uma redução dos gastos da máquina pública, decretou também o fim das aplicações com correção diária, o chamado *overnight*<sup>22</sup>, além de propostas de liberalização de preços e salários de maneira gradual (CARVALHO, 2006).

A estratégia de conter a inflação foi revista e melhor analisada para a implementação do segundo Plano Collor, porém o descontentamento gerado pelo primeiro Plano era grande e o segundo já carregava as marcas do primeiro. O governo falhou em não pensar que os agentes iriam repassar nos meses seguintes os aumentos dos custos para os preços devido ao congelamento e as grandes tarifas. Diversas pessoas tentaram tirar dos bancos suas economias, gerando uma série de ações judiciais contra a equipe econômica da ministra da fazenda para a liberação do ativo preso antes do prazo dos dezoito meses estipulados no Plano.

O Brasil encolhe em 1990 cerca de 1,7% em comparação com o ano anterior e cresce timidamente em 1991 cerca de 1,8% a.m, mas essa alta não se mantém e no ano seguinte o país retrai cerca 0,3% no PIB. O período correspondente de 1990 a 1992 houve uma intensa recessão, um aumento generalizado no desemprego, queda no salário real. Havia várias denúncias de corrupção envolvendo o governo Collor, várias notícias envolvendo escândalos de desvio de dinheiro surgiam nas mídias o que agravava ainda mais o descontentamento da população que revolta contra o governo.

Em 1991 já se inicia o processo de descongelamento de preços e negociações com os credores, desestatização e tentativa em vão de reduzir a inflação em meio as turbulências já instauradas. Ainda no início dos anos 90, temos desestatização e as privatizações e em virtude do reconhecimento do fracasso da política econômica decorrente do Plano Collor no final de 1991 é encaminhado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), estratégias para combate à inflação, que interpassavam por rígidos controles monetários e fiscais. Tarifas subiriam cerca de 15% além da média do ano e uma inflação de 20% em 1993 (IANONI, 2009).

Com um cenário tão adverso, a população vai as ruas e pede o *Impeachment* de Collor que se consolida em setembro de 1992 após a câmara dos deputados se reunir e votar a favor da destituição do cargo de Fernando Collor de Mello com 441 votos a

---

<sup>21</sup> O tarifaço foi um aumento exorbitante dos preços administrados pelo governo, onde o petróleo aumentou em 46,8 %, a energia elétrica em 59,5 %, as tarifas telefônicas cerca de 58,7 %.

<sup>22</sup> O setor bancário no período passava por um aumento generalizado de crédito juntamente com o decreto do fim das aplicações *overnight* que correspondiam as aplicações de curtíssimo prazo em títulos da dívida pública que rendiam diariamente.

favor e 38 contra, assumindo em seu lugar o seu vice Itamar Franco (BRESSER PEREIRA, 2010).

Itamar Franco assume a presidência da República em dezembro de 1992, em um ambiente pós *impeachment* e com uma inflação fechando em 23,7% no mês e 1.157% acumulada no ano e uma verdadeira crise multidimensional. O mineiro Itamar Franco assume o país de 1992 a 1995, no qual o período ficou conhecido como a “República do Pão de Queijo” no qual vai formular o mais bem-sucedido plano de estabilização do Brasil.

O presidente teve um governo breve de pouco mais de dois anos no qual formulou e implementou de maneira cautelosa e calculista uma estratégia de estabilização. Tendo em vista as experiências vivenciadas no passado pelos outros planos, realizou o controle do déficit público e o equilíbrio das arrecadações via cortes no orçamento e controle dos salários da máquina pública, liberalização do comércio exterior, desregulamentação, além de uma aceleração nas privatizações já instauradas no fim do governo anterior. Devido as necessidades extremas de estabilização do país o presidente Itamar Franco reúne sua equipe econômica liderada pelo ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) e junto a equipe da início ao mais bem-sucedido pacote de medidas econômicas já apresentado na história, o Plano Real (BRESSER PEREIRA, 2010).

## **2.4 PLANO REAL**

### **2.4.1 CONSUMO E O REAL**

Quando o assunto é consumo o Brasil já vê passando por uma série de transformações ao longo do tempo, mesmo que essas transformações sejam às vezes até inexpressivas, mas elas ocorreram de fato. O consumidor no final dos anos 80 presenciava um ambiente de completa incerteza com relação ao consumo e enfrentava taxas elevadas de inflação<sup>23</sup> onde os valores que corresponderiam a cerca de 2.000% a.a. em 1989.

O consumidor dos anos 90 obtém uma melhora significativa no seu poder aquisitivo, o que o faz ter um portfólio maior para sua cesta de consumo e ganhos em qualidade de vida. Antes o consumo era voltado para o fator preço devido às oscilações

---

<sup>23</sup> As elevadas taxas de inflação do período eram responsáveis pelas diversas mudanças nos preços dos produtos. As “remarcadoras de preço” eram constantemente utilizadas nos estabelecimentos devido as mudanças quase que instantâneas dos preços dos produtos.

causadas pela inflação, produtos idênticos possuíam preços distintos. Com a queda da taxa de inflação, além do preço que já era observado, a qualidade passou a fazer parte das escolhas dos consumidores. Em 1986 a relação consumo e PIB sofre uma queda brusca chegando em 1989 a seu valor mais crítico de 54%, devido em grande parte pelo cenário de alta inflação e planos econômicos ineficazes. E a partir de 1994, apesar de não atingir os percentuais registrados na década de 80, ocorre uma melhora na razão consumo e PIB. Veja a distribuição do consumo pelo PIB no Gráfico 5.

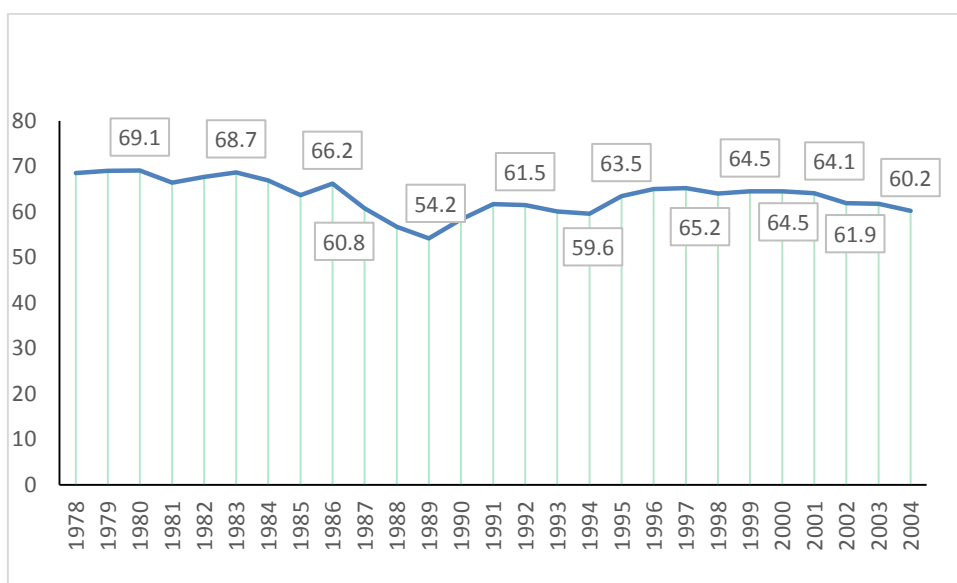


Gráfico 5 - Percentual do consumo e PIB do Brasil, 1978 a 2004.  
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA.

As modificações no padrão de consumo dos brasileiros se intensificam na década de 1990 com as mudanças no ambiente econômico e social. A melhora do padrão de consumo foi puxada principalmente pelo sucesso do Plano Real, onde os produtos se tornaram mais baratos para os consumidores.

A estabilidade da década de 1990 gerou alterações estruturais nos hábitos alimentares das famílias. Com a queda significativa da inflação e uma maior estabilidade de preços as famílias obtiveram ganhos de poder aquisitivo, o que favoreceu o planejamento sobre o consumo das famílias durante certo tempo, fato quase impossível de se calcular devido ao cenário instável inflacionário vivido antes da implantação do Plano Real. E outro importante conquista para o consumidor foi à diversificação de sua cesta de consumo nos quais alimentos mais sofisticados já poderiam fazer parte da sua cesta de bens.

O ganho de poder aquisitivo principalmente pelas classes mais pobres no período levou a uma sensível mudança nos hábitos alimentares de todos os brasileiros gerando um grande consumo de diversos produtos, porém alguns produtos como o frango, o iogurte e o pão francês e a dentadura tornaram-se símbolos dessa fase e sobressaíram em relação aos demais. Eram tidos como os símbolos do real ou “garotos propaganda” do real. O consumo de iogurte cresceu aproximadamente 87% entre 1994 a 1996, passando de um artigo de luxo, devido seu preço alto, em um passado recente para um dos produtos mais consumidos por uma grande parcela da população brasileira (CYRILLO, SAES, BRAGA,2003).

No início do Plano Real o consumo de frango chegou a cerca de 40% de 1994 a 1997, onde 1 kg de frango era vendido por 1 real segundo o ministério da fazenda. O frango era divulgado constantemente como símbolo do real, no qual tanta propaganda corroborou para que seu consumo anual mais que dobrasse de 14 kg por pessoa em 1994 para 40 kg em 2008 de acordo com a Ubabef – União brasileira de avicultura. O pão também era um símbolo onde com R\$ 1,00 era possível comprar 10 pãezinhos, o que era algo jamais imaginado pelas classes mais pobres brasileiras. O lema era “Iogurte no café da manhã, Frango no almoço e um sorriso<sup>24</sup> bonito no rosto”. Além do frango, do iogurte e do pão, houve também um notório aumento das lojas de R\$ 1,99 em todo o país, os produtos importados ficaram mais baratos devido à valorização da moeda nacional (BETING, 2001).

A modernidade e o acesso cada vez maior as informações também contribuíram para que o consumidor exigisse seus direitos e cobra-se mais qualidade dos produtos ao qual eram consumidos, é uma nova fase onde os consumidores são mais exigentes o que corrobora para uma menor distancia com relação aos consumidores de países mais desenvolvidos.

Com a implementação do Plano Real e a melhora no ambiente de instabilidade econômica a moeda retoma suas funções primordiais: reserva de valor e unidade de conta, antes desgastadas pelo ambiente inflacionário. Com isso os agentes econômicos alteram suas expectativas com relação a moeda e seu poder de compra. A moeda passa a ser um ativo demandado pelos agentes e assim contribui para a apreciação do Real.

---

<sup>24</sup> O “sorriso bonito no rosto”, se dava pelo fato da dentadura se juntar como um dos itens ao qual a população passou a ter mais acesso com a chegada do real, o que a tornou um dos símbolos do plano ao lado de pão, iogurte e o frango.

Existia um efeito renda resultante da queda inflacionária aliado a um efeito preço que favorecia o consumo alimentar das famílias. Com o Plano Real ocorre uma redução da pobreza<sup>25</sup>, mas por outro lado observa-se principalmente no período de 1990 e 1997 que a distribuição de renda sofreu poucas mudanças. As desigualdades não reduziram com o aumento do poder aquisitivo das famílias, elas permaneceram em níveis elevados.

#### **2.4.2 VALORIZAÇÃO - O PRÉ PLANO**

A década perdida como foi rotulada de acordo com suas expectativas e desenvoltura nos anos 80, foi uma década de altos níveis inflacionários e um país praticamente na inércia. Os preços ao consumidor aumentavam em níveis significativos, algo em torno de 40% ao mês causando danos no poder de compra dos consumidores e mexendo com as folhas de pagamento das empresas que passam a reduzir salários e contratar cada vez menos mão de obra. A redução nos custos com funcionários das empresas atrofiava ainda mais as condições econômicas do país e aumentava ainda mais o desemprego. O consumo dos anos 80 é caracterizado pelas baixas expectativas e insegurança, um período estagnado e fragilizado para a maioria dos consumidores (FRANCO, 1995).

A década de 90 foi marcada por importantes mudanças em todo o Brasil. A década se inicia com um cenário de incertezas e instabilidades herdadas ainda dos anos 80. A situação monetária e inflacionária, ocasionava distúrbios em toda a economia brasileira. As mudanças decorrem de alterações nas políticas monetárias e cambiais além da abertura comercial e distribuição de renda.

O início dos anos 90, período que antecede o Plano Real, é marcado pelo baixo poder de compra do consumidor fruto da inflação alta do período, no qual as elevadas taxas de inflação geravam incertezas e comprometiam as decisões de consumo. O país era cercado de incertezas elevadas referentes a investimentos do capital estrangeiro. A economia local não tinha credibilidade com o estrangeiro e inibia qualquer hipótese de investir devido ao ambiente de taxas elevadas. Os investidores que se arriscavam nesse cenário exigiam taxas de retorno de seu capital altíssimas devido ao risco elevado. Tal

---

<sup>25</sup> O índice de pobreza declina com as medidas do real, porém é acompanhado com aumento de desigualdade. A linha de pobreza reduz e em contrapartida aumenta a distância da desigualdade entre os estratos sociais.

situação tornava a maioria dos projetos inviáveis devido a não entrega dos lucros esperados a seus investidores.

A necessidade de uma estabilização monetária era cada vez mais latente em um país que já sofria com a sua moeda desvalorizada e uma completa insatisfação populacional com seu poder de compra reduzindo cada vez mais. Em 1992 a economia brasileira começa a apresentar sinais de melhora, após mudanças estruturais feitas internamente no país.

Um fator relevante a conjuntura no período que corresponde ao final de 1993 e início de 1994 se deu pelo fato de escândalo de corrupção que resultou na CPI do orçamento<sup>26</sup> e a revisão constitucional.

Com a abertura comercial feita pelo presidente da época Fernando Collor, as empresas se viram forçadas a melhorar a qualidade e se desenvolver no que diz respeito aos processos produtivos, a fim de adquirirem mais competitividade. A abertura comercial foi um ponto positivo que forçou os empresários a se adequarem para se manterem vivos em seus setores. Os métodos administrativos e organizacionais foram revisados fazendo que as empresas se tornassem mais autônomas e produtivas. Em contrapartida um ponto negativo a ser lembrado, tem-se o aumento do desemprego<sup>27</sup>.

Analisando previamente a inflação no período que antecede o Plano, temos em dezembro de 1992 uma inflação de 23,7% e um total acumulado de 1.157%. Esse período foi onde Itamar Franco e sua equipe econômica, com o destaque para seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso<sup>28</sup> assumem o governo.

Em 1993 o PIB cresce a atividade econômica melhora e a indústria se aquece, os dados do período correspondem a um crescimento no PIB de 4,1% e 7,7% na indústria. Vale apenas ressaltar que o setor bancário apresenta rentabilidade de 9,5% no período o que evidencia como o setor ganha com o ambiente inflacionário. A inflação segue em alta em 1993 expressada por 2.708% e com tendência de alta. A equipe econômica já traçava as hipóteses de mais um Plano de estabilização ao final de 1993. A tarefa de

---

<sup>26</sup> A CPI do orçamento, foi um esquema de corrupção no qual políticos manipulavam emendas parlamentares objetivando desvio de dinheiro através de entidades fantasmas ou ajuda de empreiteiras. Também conhecido como “Anões do orçamento” referência parlamentares, ministros e ex-ministros e governadores estaduais.

<sup>27</sup> A taxa média de desemprego passa a ser de 5,7% para o período que corresponde a década de 90, já a década de 80 corresponde a 5,4%.

<sup>28</sup> FHC é deslocado do cargo de Ministro das relações exteriores para Ministro da fazenda em maio de 1993. Em 1994 deixa o ministério da fazenda para assumir a candidatura à presidência da república no qual foi eleito em 3 de outubro de 1994 e reeleito em 1998.

criação de um plano era atribuída ao então ministro da fazenda FHC para reduzir de vez a inflação do país.

### 2.4.3 O PLANO

O Plano Real foi um Plano de estabilização implantado em 1994, a fim de atenuar e conter as pressões inflacionárias além de retomar a trajetória de crescimento da economia. O Plano foi responsável pela estabilidade econômica do país, controlando a inflação que atingia patamares elevados para ao período e trazendo-a para índices considerados aceitáveis para qualquer economia saudável. O Plano Real resgata a credibilidade internacional de volta a nação assumindo um papel de uma importante ferramenta que contribuiu para que várias pessoas pudessem fazer uma previsão sobre a sua renda futura e uma escolha mais consciente sobre seu consumo presente ou futuro. O Plano consegue controlar as duas causas fundamentais da inflação brasileira que eram no período a crise fiscal e a inercia inflacionária.

O Plano era dividido em três fases: a primeira fase consistia no ajuste fiscal ou ajuste das contas públicas via Programa de Ação Imediata-PAI<sup>29</sup>, que foi feito no período de dezembro de 1993 a março de 1994 e se estabelecia como pré-requisito para a execução da segunda e terceira fase. O ajuste seria feito via corte de orçamento do governo. A segunda fase consistia na criação de um novo indexador (introdução da URV), em março 1994 para desindexar a economia. A última fase do Plano se referia a reforma monetária (introdução de uma nova moeda), se iniciou em julho de 1994 que dá por completo a nova criação de uma nova moeda o Real (BRESSER PEREIRA, 1994).

A primeira fase do ajuste fiscal se deu através do PAI, onde a reorganização do setor público e as relações com o setor privado eram essenciais. Para efetuar tais medidas, o governo traçou algumas metas imediatas como: Reforma monetária, corte dos gastos públicos, fim da inadimplência dos estados e municípios (controle do contingenciamento dos gastos), controle rigoroso dos Bancos federais (aumento da autonomia do Bacen) e a privatização de empresas estatais não rentáveis (prioridades para setor siderúrgico, elétrico, petroquímico e de transporte ferroviário). Entre outras

---

<sup>29</sup> O Programa de ação imediata-PAI, foi iniciado ainda no governo de Itamar Franco, abordava um conjunto de medidas voltadas para a reorganização do setor público, incluindo redução e maior eficiência de gastos; recuperação da receita tributária; fim da inadimplência de Estados e Municípios com a União; Controle dos bancos estaduais; aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização. O programa objetivava assegurar a retomada do crescimento econômico de modo sustentável. O programa promoveu ajuste fiscal via criação do Fundo social de emergência, para garantir o equilíbrio orçamentário e um aumento de impostos para garantir a flexibilidades e manobras de gestão.

medidas para redução do déficit público, se destacam também a redução dos prazos de recolhimento dos tributos Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), contribuição para o Financiamento Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS), além do aumento das alíquotas do imposto de renda na fonte e da contribuição sobre o lucro do sistema financeiro (RAMOS, 2004).

Até a completa transição foi adotado um regime de duas moedas por tempo indeterminado. Foram unificados os indexadores em um só índice chamado de URV – Unidade Real de Valor - que exerceu o papel de unidade de conta. Todos os preços passariam a ser convertidos em URV para que fosse introduzida a nova moeda. A moeda passa a ter uma emissão programada e disciplinada e os preços nacionais acompanhando os preços dos importados.

A URV foi criada através da medida provisória 434, de 27/02/1994, da qual tinha o seu curso legalizado para servir exclusivamente como padrão de valor monetário. Fara parte do sistema monetário nacional com poder liberatório, servindo como meio de pagamento, apenas depois de emitida, quando passa a chamar-se Real. A URV faz parte da segunda fase do Plano Real no qual tinha a função de reorganizar a “demanda social” em novas bases, promovendo um alinhamento e equilíbrio dos preços relativos e a neutralidade com relação às defasagens nos aumentos dos preços que ocasionavam a inflação crônica ou inercial do país. Era uma maneira de balizar a demanda nacional em uma única unidade de conta e as fixar de maneira precisa com o produto (BRESSER PEREIRA, 1994).

A URV veio com o intuito de “diarizar” a economia e organizar a demanda pela renda real. A soma das remunerações em URV era necessariamente igual ao valor do produto medido na mesma unidade. A inflação resiste ao novo modelo, no qual o primeiro mês a taxa de inflação ficou em 24,7%. Levando em consideração o ano, à inflação passa a recuar cerca de 8,5% para 3,5%. A inflação em 1997 foi a mais baixa já registrada nos últimos 50 anos (LOPES E ROSSETI, 1998).

Em 1994<sup>30</sup> temos um à reforma monetária, na qual foi criado uma nova moeda o Real dividido em centavos. A moeda estava atrelada a um regime de câmbio fixo em relação ao dólar americano e passaria a ter um teto e um piso pré-definido. O mecanismo se dava de forma que se o Real estivesse acima do nível pré-estabelecido ou

---

<sup>30</sup> A partir do dia 1º de julho de 1994, a unidade do sistema monetário passa a ser efetivamente o Real e sua divisão sendo em centavos.



estipulado, comprava-se dólar para desvalorizar a moeda brasileira, funcionando de forma equivalente em situações inversas.

O Real torna-se efetivamente a moeda brasileira em 1º de julho de 1994, onde a equipe econômica do governo Itamar Franco, composta por Fernando Henrique Cardoso (ministro da fazenda) principal articulador do Plano e seu grupo de apoio composto por Edmar Bacha, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan entre outros de grande qualidade. O dia 1º de julho é marcado também pela criação junto ao o CMN, a Comissão Técnica Da Moeda e Do Credito-COMOC<sup>31</sup> (RAMOS, 2004).

#### **2.4.4 ALGUNS REFLEXOS DO PLANO**

No que tange a Inflação, havia uma constante alta no qual alcançava taxas acima de 45% ao mês, por volta de junho de 1994 ou seja mais de 5.000% ao ano. Logo após a implementação do Plano em julho de 1994 a inflação já apresenta queda passando para um patamar de cerca de 1% a.m. e mantendo esse nível nos meses subsequentes. Na observação da inflação acumulada dos doze meses, temos queda de 15% a.a. no ano seguinte quando são verificadas as taxas acumuladas dos últimos 12 meses de um período de inflação baixa (RAMOS, F. A. C, 2004). Veja o Gráfico 6 da inflação (%) – IPCA, onde nota-se que a inflação dispara após o fracasso do Plano Cruzado no final de 1986 e durante o governo de Itamar Franco em 1993 e depois se estabiliza com a chegada do Real em 1994.

---

<sup>31</sup> A COMOC é um órgão de assessoramento técnico para a formulação da política da moeda e do crédito do País; no qual a COMOC manifesta-se previamente sobre os assuntos de competência do CMN.

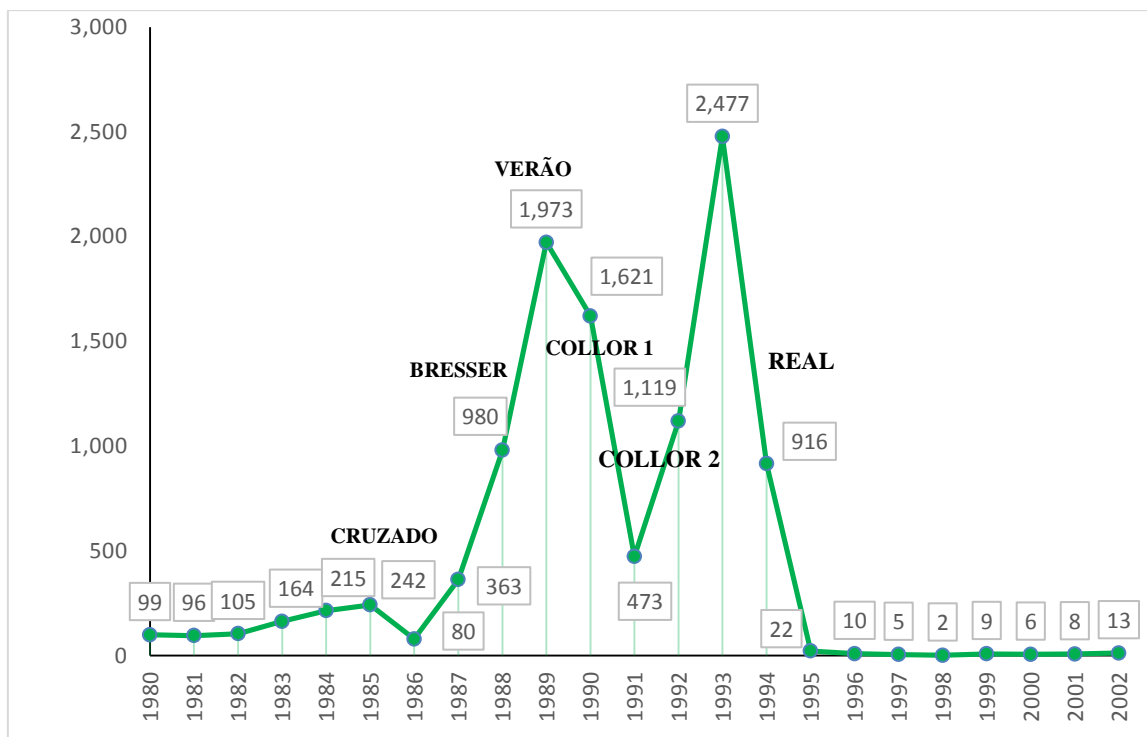


Gráfico 6 - Inflação anual no Brasil, 1980 a 2002 em (%).  
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPCA (IBGE)

No tocante a taxa de juros, o movimento da alta da inflação puxava também as taxas de juros que chegaram a atingir níveis elevados para uma nação em desenvolvimento atingindo a casa dos 50% ao mês. Após a implementação do Plano Real, a taxa de juros foi para 5% ao mês em agosto de 1994 e permaneceu em queda suave e continua até alcançar os surpreendentes 2% a.m. chegando a ocorrer meses de deflação. Em tempo, vale ressaltar que a política monetária adotada pelo governo manteve constantemente os juros acima dos níveis de inflação para o melhor controle da economia no período (RAMOS, 2004).

O primeiro ano do Plano foi favorável, onde é notório a queda da inflação e o crescimento da economia. A indústria foi quem puxou o crescimento, registrando 15,5% de aumento atrelado a expansão da capacidade produtiva no primeiro trimestre de 1995.

Em relação ao consumo nota-se que o consumo passa a se portar de maneira sustentável. Ocorre aumento tanto do consumo como dos salários. As camadas mais pobres são mais favorecidas devido o fim da inflação (RAMOS, 2004).

A indústria nacional sofre com abertura econômica que acarretou no aumento expressivo das importações se comparada com as exportações. As exportações do período que envolve o Real cresceram em um ritmo inferior as importações. Ligada ao

aumento dos importados está a valorização da moeda, fruto do alinhamento da moeda nacional ao dólar no início do Plano (R\$ 1 para US\$ 1). A abertura comercial e o câmbio valorizado induzem o parque industrial brasileiro a se adaptar ao novo cenário (FILGUEIRAS, 2006).

Com relação ao setor bancário o Plano Real mexeu com a estrutura e funcionamento de todo o sistema bancário devido à estabilidade da inflação. Os Bancos brasileiros tiveram que se adaptar à redução dos lucros relativos à especulação dos títulos da dívida pública via receita inflacionária. Devido às mudanças os Bancos tiveram que se readaptar administrativamente, onde houve redução de custos e a necessidade de procurar novas fontes de receitas, o que gerou a extinção de alguns bancos<sup>32</sup> e instituições financeiras de pequeno e médio porte (CARVALHO, 2002).

O governo passa a injetar recursos públicos nas instituições financeiras além de promover a fusão de algumas, a fim de evitar o colapso do sistema bancário promovendo e preservando de certa forma o equilíbrio do sistema. Com a nova formulação o setor financeiro que detinha uma participação em torno de 12% do PIB antes do real e passa a ter 4,5% após a implementação do Plano. Nesse período destaca-se também uma medida bem-sucedida que é a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER que veio para ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central a fim de ajustar o Sistema Financeiro Nacional – SFN (CARVALHO, 2002).

A reestruturação foi necessária e resultou em um sistema bancário mais concentrado, fortalecido e internacionalizado com melhor qualidade de serviços, o que contribuiu para que a rentabilidade dos bancos não alterasse de modo significativo com a introdução do Real. Vale ressaltar que com a queda expressiva das receitas inflacionárias, há também o aumento das receitas de serviços de maneira expressiva. Segundo dados do IBGE, o setor de contas nacionais, em 1990 tem-se 8% referentes a receita de serviços, 10% em 1993 e um salto para 21,5% em 1995 (CORAZZA, 2000).

Com os preços estáveis e uma política monetária rigorosa, o país volta a atrair o capital estrangeiro, gerando a credibilidade financeira e a demanda por moeda, o que faz com que o Real se valorize a partir de julho de 1994. Em março de 1995 é adotado um regime de câmbio semifixo administrado através das bandas cambiais flutuantes. A

---

<sup>32</sup> No cenário de redução bancária destaca-se a quebra de três grandes Bancos privados no período que inicia o Plano Real (Econômico, Nacional e Bamerindus), no qual destaca-se como um dos motivos os aumentos repentinos e de forma intensa de empréstimos a partir da queda da inflação e das novas políticas restritivas presentes no novo cenário econômico.

adoção de uma âncora nominal através de uma nova política cambial, faz com que ocorra uma valorização<sup>33</sup> da moeda nacional. O controle das flutuações através das bandas cambiais por um prazo de tempo prolongado, fez com que os propósitos fossem alcançados de maneira parcial. As bandas cambiais tinham um limite superior no qual a flutuação caso ocorresse seria somente para baixo no início do Plano. A estabilidade no curto prazo do Plano está atrelada a âncora monetária e cambial, no qual contribui para a reversão inflacionária e na determinação dos preços da economia (SOARES, 2006).

#### **2.4.5 PÓS REAL**

O Plano Real tem como uma de suas principais estratégias para neutralizar a inercia inflacionaria, a ancoragem dos preços domésticos nos preços internacionais que é um fator gerador de apreciação da taxa de câmbio. A valorização cambial necessita geralmente de contração monetária, principalmente na presença de choques externos negativos. A estratégia de manter o sistema de bandas cambiais se dá pelo fato de que o Real perde valor de maneira mais lenta e estável, evitando assim a necessidade de grandes desvalorizações e uma eventual ruptura dos limites das bandas cambiais (PALOMBO,2011).

Em 1995 o cenário era de certa abundancia de credito para países em desenvolvimento, o que permitia uma certa liquidez nos mercados internacionais. A liquidez fez com que o Brasil se financiasse através de déficits crescentes em conta corrente nas mudanças cambiais, adicionadas as quedas das alíquotas de importação.

As diferenças cambiais através de déficits públicos, não se sustentam por muito tempo. A política monetária perde autonomia com o regime cambial adotado, de modo que ela fica condicionada a manutenção da paridade de câmbio adotada e a dívida pública cresce durante o Real juntamente com a deterioração do saldo de transações correntes, devido ao aumento das importações. Apesar dos esforços da equipe econômica o processo de ajuste fiscal não foi eficaz como o planejado (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003).

A economia brasileira é afetada diretamente com a ocorrência de três grandes crises de países emergentes: a crise mexicana (1982), asiática (1997) e a russa (1998). O mercado internacional cortou o credito para países com déficit externos muito altos, o

---

<sup>33</sup> A valorização cambial permite a redução dos preços das mercadorias importadas, inclusive insumos e matérias primas, o que colabora para a redução dos custos de produção.

que acarretou em dificuldades para se obter financiamentos no exterior, o Brasil com isso perde montantes de investimentos. Segundo (PALOMBO,2011), o governo brasileiro envolto por um cenário adverso promove o aumento da taxa de juros, afim de defender e garantir a manutenção do seu regime cambial para manter sua moeda valorizada. Em contrapartida, os juros elevados impactavam nas contas públicas nacionais, gerando uma espécie de ciclo vicioso onde o déficit causava redução na confiança dos países estrangeiros em relação ao Brasil, alimentada pelo maior risco de investimento, maiores juros e aumento da sua dívida pública e agravamento da crise fiscal. A dívida pública em relação ao PIB <sup>34</sup>desde a implementação do Plano Real, durante o governo de FHC sai de um patamar de 30% e chega aos 60% em seu segundo governo. Chegando a um aumento nominal de 482% e um percentual de crescimento do PIB de 104,4%. Veja a tabela 6.

Tabela 5 - Dívida pública no período do Real

Ano	Valor nominal – em R\$ bilhões	Dívida (%) do PIB
1994	153,162	-
1995	208,460	29,54
1996	269,193	31,9
1997	308,426	32,84
1998	385,869	39,4
1999	516,578	48,5
2000	563,163	47,74
2001	677,430	52,03
2002	892,291	60,38
Governo FHC	482%	+ 104,4

Fontes: Banco Central e IpeaData.

Para conter as pressões, fruto da crise financeira asiática de 1997 e da moratória russa em 1998, Pedro Mallan<sup>35</sup> promove a desvalorização da moeda brasileira, afim de diminuir o déficit público e garantir um maior controle da dívida pública. O Banco Central leva a taxa de juros a 43% ao ano e já no final de 1998 a situação fiscal fica insustentável devido aos altos juros e aumento do déficit primário que geravam desequilíbrios fiscais e aumento da dívida externa, inviabilizando a retomada do crescimento. Contudo o governo estava diante de um cenário de estabilização com desequilíbrio (OLIVEIRA e TUROLLA, 2003).

<sup>34</sup> Após o segundo mandato de FHC, a partir de 2002 a dívida pública em porcentagem do PIB sofre queda e mantém-se no intervalo de 35% a 50%.

<sup>35</sup> Ministro da fazenda no governo FHC.

A partir de 1997 os efeitos positivos do Plano Real já não possuem a mesma eficiência vista no primeiro momento após a sua implementação. Mesmo com o aumento da renda per capita, há um conflito sobre sua distribuição, pois o Plano Real deixa os níveis de desigualdade ainda mais elevados para o período. De acordo com as duas pesquisas (POF 87 e 96) a renda per capita cresce e a concentração no total das áreas aumenta cerca de 0,03% (10% mais pobres) e 0,5% (10% mais ricos). O fato é que existe a necessidade de políticas de redistribuição de renda afim de garantir uma maior igualdade no acesso da parcela da população mais pobre se comparada aos mais ricos.

O período que corresponde ao final de 1998 e início de 1999 é marcado por desequilíbrios fiscais e externos. O ano de 1999 é caracterizado pelo segundo mandato do governo FHC, onde é feita uma mudança na política econômica que envolve os regimes cambiais, monetários e fiscais, afim de controlar os desequilíbrios econômicos (MACHADO, 2005).

Em 1998 foi feito um acordo com o FMI, no qual as novas diretrizes governamentais tornaram-se compromissos perante o Fundo Monetário. Nesse período o regime fiscal é alterado através de uma política econômica voltada para um superávit primário elevado que garantisse a estabilização da dívida pública pelo PIB brasileiro, no qual a principal alteração de impacto imediato se deu pelo Plano de estabilização Fiscal. O regime monetário antes vinculado principalmente para o controle e defesa das bandas cambiais, agora passa ter maior importância e abrangência.

O regime monetário é substituído pelo sistema de metas inflacionárias<sup>36</sup> definidas de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)<sup>37</sup>. E no início do ano de 1999, o Brasil passaria do regime de câmbio fixo para o regime de câmbio flutuante<sup>38</sup>, deixando o preço do dólar subir livremente, seguindo as necessidades do mercado. A partir da medida de substituição do regime de câmbio a moeda nacional passou a se desvalorizar constantemente (MACHADO, 2005).

A partir de 1999, o governo passa a zelar pela fixação e cumprimento das metas de superávit primário conforme indicação do FMI, no qual a inflação se mantém dentro

---

<sup>36</sup> O regime de metas de inflação é um regime monetário onde o Bacen age de forma a garantir que a inflação efetiva esteja alinhada com a meta preestabelecida.

<sup>37</sup> O IPCA é um índice calculado pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), onde é considerado a medida mais adequada e com maior abrangência para acompanhar e avaliar a evolução do poder aquisitivo da população.

<sup>38</sup> O câmbio flutuante foi um fato inédito na história brasileira do período; anunciado pelo então presidente do Bacen Armínio Fraga. A adoção de um câmbio livre fez com que a moeda não perdesse seu valor e mantendo ainda a inflação sob controle. O regime adotado foi a flutuação suja no qual o Bacen interveem na forma de venda de reservas e na oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio.

do intervalo estipulado no seu primeiro ano implantado, 1999, e no ano 2000 atinge o centro do intervalo da meta. O superávit primário concentrava-se principalmente na elevação das receitas governamentais, no qual diversas mudanças institucionais colaboraram para a manutenção desse ajuste que se fazia por meio da lei de responsabilidade fiscal, a reforma previdenciária e as privatizações e readequações de alguns bancos estaduais. Essas medidas contribuíram para a redução das maiores fontes de déficits do país.

A taxa de juros passa a ter um papel importante na formulação de políticas monetárias para o país e o combate à inflação. Os juros tiveram uma elevação, além de um grande aumento na dívida pública somado a desvalorização cambial. Com uma economia mais madura aliada a política de metas de inflação os preços não registraram altas relevantes como no passado. As metas estavam estabelecidas e pré-fixadas com valores de 8%, 6% e 4% com margem de erro de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, onde o período se restringe de 1999 a 2001 (GIAMBIAGI, 2005).

O ano 2000 é o ano que as reformas começam a apresentar seus resultados, sendo o ano onde o PIB cresce cerca de 4,3% demonstrando um dos maiores crescimentos desde 1994. A produção industrial cresce cerca de 7% e as taxas de juros seguem em queda pelo segundo ano consecutivo, além da recuperação dos investimentos. Porém as condições favoráveis não durariam muito, elas são interrompidas por fatores internos e externos. Dentre os fatores internos destaca-se a crise energética de 2001 que atinge o país no segundo trimestre, fruto de uma das piores secas já enfrentadas, aliadas a baixo investimento e regulamentações. No tocante aos fatores externos destaca-se o atentado terrorista contra os Estados Unidos, que faz com que os países em desenvolvimento reduzam suas perspectivas de exportações e de fluxos de capitais.

Uma ressalva importante já detalhada nesse trabalho com relação ao Estado de Minas Gerais, foi que no início do segundo governo FHC o Estado não honraria com o pagamento de algumas de suas dívidas. Minas decreta a moratória com seu então governador Itamar Franco que gera muita especulação e incerteza no mercado financeiro nacional que já era turbulento no período. O governo reage solicitando medidas de apoio emergenciais aos estados (CARDOSO, 1999).

O crescimento brasileiro após as mudanças governamentais implantadas foi consolidado e a credibilidade foi retomada. A partir desse ponto histórico nota-se uma trajetória crescente do consumo e na propensão marginal a consumir, onde as camadas

de renda mais baixa são as mais favorecidas com o termino do imposto inflacionário que representava algo em torno de 3% do PIB em 1993 e passa a ser 0,3% já em 1995.

O Plano Real obteve exito, devido a transparência e antecedência de seus atos e medidas perante os agentes econômicos, o que não ocorria de modo claro nos planos anteriores. As medidas eram repassadas para a economia de maneira gradativa e não havia congelamento de preços e nenhum anuncio era feito de surpresa para população em geral.

A estabilidade econômica foi sendo percebida aos poucos pela população. A realidade vai aparecendo de maneira lenta onde aos poucos os riscos foram se minimizando e o Brasil conseguiu recuperar a credibilidade junto ao exterior. O potencial do mercado interno foi retomando sua trajetória de crescimento, e Governo, empresas e consumidores foram se adaptando lentamente e confiando na nova realidade bem diferente da enfrentada no passado.

O ano 1994 é tratado como um marco na história econômica brasileira, do qual tem-se o início de um Plano que vai mostrar sua total eficácia no combate à inflação e a retomada do crescimento. O que colabora para um aumento por volta de 70% no PIB. O Plano Real tem uma proposta diferente dos outros planos já vivenciados no passado. Devido a própria experiência de insucesso dos planos anteriores, o Plano não destinou a formulação de uma política especifica para combate aos preços em geral, mas passou a abordar e monitorar variáveis como o câmbio, salários e tarifas públicas. Não haviam choques heterodoxos, como congelamento de preços e confisco bancário, no qual o governo assume que a principal causa da inflação do período era o descontrole financeiro e administrativo do setor público.

O Plano cumpriu com seu proposito principal de redução dos níveis inflacionários e ainda permitiu vários benefícios diretos e indiretos como aumento de credibilidade no país com relação ao estrangeiro atraindo os investidores novamente para o país. Além da recuperação da qualidade de vida relacionada a recuperação do consumidor brasileiro no que se refere a seu poder de compra. O Plano Real tem seu lugar de destaque na história econômica, pois acabou com a inflação e deu início a uma nova fase de desenvolvimento econômico.



### **3 METODOLOGIA**

O estudo demonstra como era difícil para o consumidor demandar produtos em um cenário de altas taxas inflacionárias, e também como o Plano Real reduziu as incertezas que cercavam o consumidor brasileiro. Os resultados que cercam a pesquisa estão apresentados de modo a analisar comparativamente o consumo alimentício de Minas Gerais de acordo com a POF de 1987/88 e a POF de 1995/96. Também será utilizada a POF de 2001/02 para explicitar a situação vivenciada pelas famílias mineiras e brasileiras no período posterior ao Plano Real.

A POF (pesquisa de orçamento familiar) é uma pesquisa domiciliar feita por amostragem, da qual investiga as informações referentes aos domicílios, famílias e moradores, e também seus respectivos orçamentos, isto é, despesas e recebimentos. Tem como objetivo o levantamento e a mensuração de informações para atualização de índices do IBGE e de outras instituições, além de traçar o perfil de consumo das famílias pesquisadas e as características gerais da população. Os dados captados pela POF podem ser utilizados desde simples trabalhos sociais até a formulação e implantação de políticas públicas de acordo com dados do IBGE em 2005.

O trabalho em questão utiliza dados da POF de 1987/1988, compreende o período de março de 1987 a fevereiro de 1988. E também dados de 1995-1996 que compreende o período de 1º de outubro de 1995 a setembro de 1996.

Além de proporcionar uma visão estendida com o uso da POF de 2001/2002 do qual a metodologia utilizada nesse trabalho envolve um estudo de caso que aborda as situações que envolvem o consumo no Estado de Minas Gerais para evidenciar os impactos do Plano Real no período de 1987 até 2002, afim de fazer uma análise singular do Estado mineiro no período, visando complementar ainda mais os aspectos básicos e relevantes do trabalho.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 ASPECTOS SOBRE O CONSUMO BRASILEIRO

De acordo com a pesquisa orçamentaria de 1987/88 as despesas de consumo com grande representatividade se davam pelo grupo da alimentação (25,5%), seguido de habitação (21%), transporte e vestuário com 15% e 13%, respectivamente. A POF de 1995/96, a parcela do consumo destinado a alimentação sofre uma queda de 7% e passa a representar 23,5% das despesas de consumo. A queda no segmento alimentício é acompanhada principalmente pelo setor de vestuário (49%). Destaque para o aumento do consumo destinado aos setores de habitação (34%), impostos e taxas (98%) e assistência à saúde (26%). Contudo as famílias no geral passam a destinar suas rendas a saúde e moradia, devido a queda na participação do setor alimentício e vestuário, dos quais os efeitos decorrem da melhora no ambiente econômico promovida pelo Plano Real.

Os resultados obtidos pela POF 1995/96, o consumidor brasileiro no período teve um aumento de sua renda per capita familiar de aproximadamente 4,5% e em contrapartida as despesas correntes reduzem, fruto da redução dos gastos com o consumo que envolve a alimentação e vestuário. Os gastos alimentares per capita caem 13% e o habitacional sobe 26%, acompanhado da alta de 32% do transporte urbano. Já as despesas com saúde sobem 19% e educação 24%. Ocorre um rearranjo na variável consumo no qual a renda do consumidor passa a ser direcionada aos gastos com moradia, transporte, saúde e educação (CASTRO, MAGALHAES, 1998).

Os gastos alimentares sofrem quedas mais acentuadas nas famílias de menor renda, em geral nas famílias que recebiam até 02 salários mínimos <sup>39</sup>(SM). A queda é explicada pela saúde financeira propiciada pelo Plano Real no período. Um novo padrão de consumo passa a vigorar no curto prazo, a redução dos gastos com alimentação e o redirecionamento de parte da renda para grupos de produtos como habitação e transporte urbano é verificado na POF de 1995/96. Um ponto importante a se considerar foi que a redução dos gastos com alimentação foi registrada em todas as faixas de renda.

---

<sup>39</sup> Em termos de renda familiar, o SM está associado a famílias cuja renda per capita está abaixo da média, embora não sejam famílias pobres. Portanto, qualquer aumento no SM beneficiaria principalmente pessoas relativamente pobres, o que denota uma relação entre a valorização do SM e a melhoria na distribuição de renda.

O consumo brasileiro referente ao setor de lácteos<sup>40</sup> e o setor de aves foram os que mais cresceram durante o Plano Real, também puxado pela elevação da renda principalmente dos domicílios das famílias de baixa renda. Com a campanha centrada no frango, um dos principais símbolos da estabilidade do Real, o consumo anual de frango cresceu de 19 kg para 30 kg por pessoa. Segundo Bracale, Mandai, Sousa e Taglialegna (2000), o consumo anual de frango subiu cerca de 40% no ano de 1994 para 1997, este aumento era devido ao preço baixo em relação as outras carnes, produção em curto espaço de tempo e a imagem associada a um produto saudável.

O aumento registrado no consumo de biscoito de 28%, e a redução no consumo de arroz (16,6%) e feijão (15,6%) entre 1995/96 também merecem destaque de acordo com a POF do período. O grupo leite e derivados apresenta uma redução do consumo per capita na alimentação das famílias, porém o subgrupo queijos e requeijão registra alta de consumo em quase todos os estratos de renda. Um outro ponto a ser observado, segundo Polis (2003) foi a redução no grupo legumes e verduras, sendo que o consumo das hortaliças sofre queda em todos os estratos de renda.

No período equivalente a implantação do Plano Real e sua consolidação, ou seja, de 1995 a 2002 temos um aumento de modo geral nas despesas de consumo do brasileiro que respondem por 87,53% conforme POF 2001/2002. A maior parcela da despesa de consumo é destinada a habitação e assistência à saúde que seguem em alta, enquanto a alimentação sofre uma queda sutil verificada após comparação da POF 1995 e 2001 da tabela 6.

Tabela 6 - Brasil - Despesas de consumo

	1995/1996	2001/2002
Despesas de consumo	79.69	87.53
Alimentação	18.66	18.24
Habitação	15.77	27.58
Vestuário	5.66	5.04
Transporte	10.35	9.22
Higiene e serviços pessoais	1.71	1.96
Assistência à saúde	5.26	13.41
Educação	4.18	2.95
Recreação e cultura	2.81	1.72
Fumo	0.94	0.54
Despesas diversas	3.84	2.91
Outras despesas correntes	10.50	3.97

<sup>40</sup> Os lácteos envolvem desde o leite fluido e também seus derivados (queijos, iogurtes, e etc).

Aumento do Ativo	18.44	10.65
Diminuição do Passivo	1.87	1.82

Fontes: POF 1995/96 e 2001/02.

O consumo alimentar brasileiro no pós-real tem algumas particularidades verificadas em certos grupos. Levando em consideração as famílias de baixa renda (até 2 SM) temos uma alta de 9,5% registrada no período de 1995 a 2001. Outras observações importantes do período demonstram que o Brasil tem o consumo das famílias de baixa renda sofre queda de quase 50% para o grupo das frutas, 30% para leites e derivados e 24% para os panificados. As altas são verificadas para os cereais, leguminosas e oleaginosas que respondem por 5,72% das despesas em alimentação em 1995 e passam a representar 16,14% das despesas em 2001, tudo conforme tabela 7. Tais dados vão evidenciar a mudança do comportamento do consumidor sobretudo o de baixa renda com a implementação do Plano Real desde 1994.

Tabela 7 - Consumo alimentar brasileiro no pós real

	1995/1996			2001/2002		
	Total	Até 2SM	Mais de 2SM	Total	Até 2SM	Mais de 2SM
Despesas em alimentação	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Alimentação no domicílio	76.51	80.15	76.20	78.95	87.82	78.90
Cereais, leguminosas e oleaginosas	4.64	5.72	4.55	9.36	16.14	9.32
Farinha, fécula e massas	3.38	4.03	3.32	5.08	6.63	5.07
Tubérculos e raízes	1.51	1.66	1.49	1.25	1.23	1.25
Açúcares e derivados	3.77	3.39	3.80	4.48	5.44	4.48
Legumes e verduras	2.70	3.02	2.67	2.24	1.96	2.24
Frutas	5.10	4.99	5.11	3.07	2.55	3.08
Carnes, vísceras e pescado	12.17	13.51	12.06	15.51	17.60	15.50
Aves e ovos	5.81	6.90	5.72	6.17	7.05	6.16
Leites e derivados	11.19	11.26	11.19	8.57	7.84	8.57
Panificados	9.46	9.88	9.42	7.62	7.44	7.62
Óleos e gorduras	1.30	1.51	1.29	2.89	3.58	2.88
Bebidas e infusões	8.26	7.83	8.30	5.97	3.87	5.99
Enlatados e conservas	0.74	0.77	0.74	0.53	0.29	0.53
Sal e condimentos	1.69	1.77	1.68	1.69	1.17	1.70
Alimentos preparados	1.82	1.60	1.84	1.51	1.19	1.51
outros	2.96	2.31	3.01	3.01	3.83	3.00
Alimentação fora do domicílio	23.49	19.85	23.80	21.05	11.88	21.10
Almoço e jantar	10.66	8.23	10.87	8.04	4.22	8.06
Outros	12.83	11.62	12.93	13.01	7.66	13.04

Fontes: POF 1995/96 e 2001/02.

## 4.2 ASPECTOS SOBRE O CONSUMO MINEIRO

O dispêndio de Minas Gerais relacionado as despesas de consumo são de 74% no final da década de 80, de acordo com a POF 1987/88. Os gastos com alimentação e habitação possuem um grande peso no período correspondendo a 19,5% e 15%, respectivamente. Os gastos destinados aos setores de transporte urbano e vestuário correspondiam com 10% cada, conforme Castro e Magalhães (1998).

Em quase<sup>41</sup> todas as regiões metropolitanas brasileiras há um ganho de renda média per capita proveniente dos efeitos do Real (POF 1995/96). A renda média mensal per capita das famílias era de 3,64 salários mínimos, passa a ser 3,81 SM em 1995/96. Belo Horizonte-BH e Porto Alegre registram uma das maiores médias de renda per capita do período cresceu cerca de 25,3% e 22,3%, respectivamente.

A capital mineira apresenta um aumento no índice de Gini<sup>42</sup>, passando de 0,546 em 1987 para 0,564 em 1996. De acordo com o índice a concentração de renda em BH no período foi uma das maiores elevações registradas no período de 1996, no qual a metrópole apresenta um aumento de 22,7% da participação dos 1% mais ricos.

Em Minas Gerais, as despesas destinadas ao consumo são de 73% nos anos iniciais da implementação do Plano Real, dos quais os gastos nos setores como alimentação, habitação e transporte respondem com cerca de 38,6% do dispêndio do consumo total das famílias mineiras. Já em 2001/02, as despesas totais com o consumo equivalem a 86,5% e o somatório referente aos 3 setores citados anteriormente somam 49% e se unificado ao setor de assistência à saúde o agregado corresponde a quase 70% do consumo total das famílias em Minas Gerais. O destaque para a região metropolitana de Minas Gerais se dá pela renda per capita dos domicílios destinada ao grupo assistência à saúde que ampliou a sua participação no período de 1995 a 2001 com um aumento expressivo de 254% e ao grupo referente a habitação com crescimento de 74% no período analisado. A habitação é o item de maior peso dentro das despesas com consumo expressa por 28%, seguida pelo grupo de assistência à saúde com 22% (Tabela 8).

---

<sup>41</sup> As regiões metropolitanas de Belém, Goiânia não registraram ganhos de renda.

<sup>42</sup> O índice é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Tabela 8 - Minas Gerais - Despesas de consumo

	1995/1996	2001/2002
Despesas de consumo	72,91	86,51
Alimentação	14,71	17,18
Habitação	13,96	24,3
Vestuário	5,33	4,66
Transporte	9,91	7,8
Higiene e serviços pessoais	1,34	1,49
Assistência à saúde	5,31	18,82
Educação	3,34	3,18
Recreação e cultura	3,37	1,66
Fumo	0,77	0,47
Despesas diversas	3,9	2,79
Outras despesas correntes	10,97	4,17
Aumento do Ativo	25,2	11,65
Diminuição do Passivo	1,89	1,84

Fontes: POF 1995/96 e 2001/02.

De acordo com o gráfico 7<sup>43</sup>, em Minas Gerais os itens símbolos do Plano Real, como o frango, o iogurte e a dentadura<sup>44</sup> mantiveram a tendência de alta verificada pela POF quando comparadas a POF 1987/88 e 1995/96, ambos referentes a região metropolitana de Belo Horizonte. Observa-se que o frango tem um aumento de 153%, e o iogurte e a dentadura registram alta de 4%. O pão francês um dos símbolos do Real cai cerca de

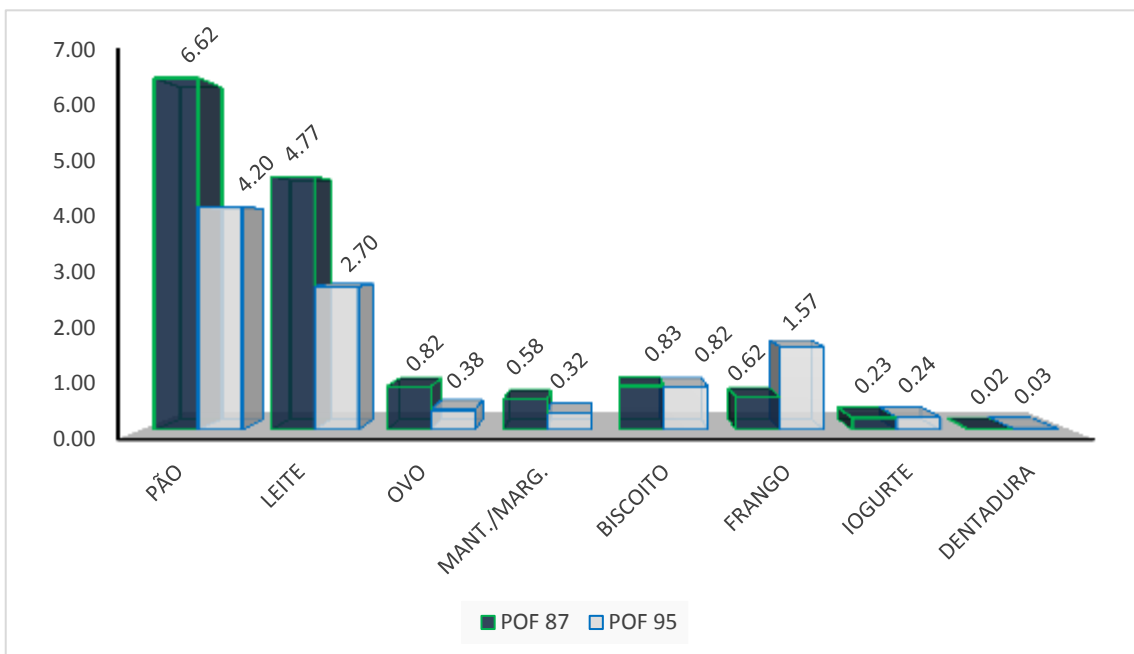


Gráfico 7 - Minas Gerais e os Símbolos do Real (%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 1987/88 e 1995/96

36% no período de 1987 a 1995 em Minas Gerais. Os dados estão de acordo com o encontrado por Bracale, Mandai, Sousa e Taglialegna (2000), em que o pão francês caiu aproximadamente 13% no Brasil. Outros produtos com grande influência no consumo familiar que também sofreram alterações são o leite e os ovos que juntos representam uma queda de 96%. Um fato relevante, comparando os dados da POF de 1987/88 e 1995/96, é que o consumo alimentar das famílias com o pão francês, o ovo de galinha e o leite<sup>45</sup> caiu 40%. Em contrapartida parte da renda das famílias foi destinada aos itens relacionados ao consumo de pão de forma, presunto e biscoito salgado (Tabela 1A em anexo).

<sup>43</sup> O gráfico 7 está representado de acordo com os dados do registro 09 da POF 1987/88 e 1995/96.

<sup>44</sup> A dentadura um dos símbolos do real, remetia a nova fase de acessibilidade das famílias de baixa renda para cuidados com a saúde bucal graças ao Real.

<sup>45</sup> Leite de vaca pasteurizado.



De acordo com Tabela 8 <sup>46</sup> referente a POF 1995/96 e as despesas das famílias de Minas Gerais, os gastos com alimentação no domicílio referente ao total das famílias correspondia a aproximadamente 74%, onde as famílias com renda de até 2 salários mínimos os gastos em alimentação eram de 71%, já a alimentação fora do domicílio representava 26% do total e 28% nas famílias de até 2 SM. O consumo familiar nos domicílios tratava principalmente de itens como leites e seus derivados, carnes, bebidas, pães, frutas e aves e ovos eram os itens de maior peso no consumo.

No que se refere ao período de 2001/02 os gastos com o consumo no domicílio em termos gerais tem um ligeiro aumento em torno de 4,6% comparativamente ao período de 1995/96. No consumo fora do domicílio ocorre uma baixa de 13%, puxada principalmente pela queda de 37,5% das refeições relacionadas a almoço e jantar. Se analisada a queda no consumo extradomiciliar nas famílias de até 2 SM essa queda passa a ser algo em torno de 83,6%. O consumo, nos grupos de cereais, leguminosas e oleaginosas, açúcares e derivados, e carnes nos domicílios com até 2 SM, cresceu mais de 100%.

Tabela 9 - Consumo alimentar mineiro no pós Real

	1995/1996			2001/2002		
	Total	Até 2SM <sup>47</sup>	Mais de 2SM	Total	Até 2SM	Mais de 2SM
Despesas em alimentação	100	100	100	100	100	100
Alimentação no domicílio	73,98	71,35	74,01	77,36	92,52	77,4
Cereais, leguminosas e oleaginosas	2,51	4,6	4,67	11,95	15,72	12,02
Farinha, fécula e massas	4,7	2,06	2,63	3,91	2,64	3,91
Tubérculos e raízes	2,03	1,99	2,02	1,38	1,14	1,38
Açúcares e derivados	4,76	3,78	5,03	5,22	8,78	5,21
Legumes e verduras	2,8	2,84	2,75	2,37	2,71	2,37
Frutas	5,34	5,29	5,3	3,11	3,23	3,11
Carnes, vísceras e pescado	9,79	9,95	9,63	10,75	22,24	10,72
Aves e ovos	4,9	5,5	4,65	5,2	9,94	5,18
Leites e derivados	11,54	10,78	11,65	8,95	7,38	8,95
Panificados	8,9	9,48	8,6	7,15	7,5	7,15
Óleos e gorduras	1,49	1,36	1,51	3,52	1,97	3,53
Bebidas e infusões	9,35	9,31	9,25	6,22	3,94	6,22
Enlatados e conservas	1,03	0,66	1,15	0,42	0	0,42
Sal e condimentos	1,87	1,62	1,93	1,78	1,01	1,78
Alimentos preparados	2,35	2,02	2,43	1,63	0,65	1,63

<sup>46</sup> Os valores expressos na tabela 07 foram gerados a partir do programa stata versão 11, através de dados da POF 1995/96 e 2001/02.

<sup>47</sup> O valor referente a 2 SM da época correspondia R\$ 200,00 em 1995/96 e R\$ 360,00 em 2001/02.

Outros	0,64	0,11	0,81	3,82	3,68	3,82
Alimentação fora do domicílio	26,02	28,65	25,99	22,64	7,48	22,6
Almoço e jantar	11,65	11,52	11,55	7,28	1,89	7,3
Outros	14,37	17,13	14,44	15,36	5,59	15,3

Fontes: POF 1995/96 e 2001/02.

O endividamento é um fator que passa a ocorrer nas famílias mineiras, o gasto familiar ultrapassa a renda. Dessa forma as famílias passam a ter dificuldades para que o salário chegue até o fim do mês. Com os dados da POF 2001/02, verificou-se que em Minas Gerais aproximadamente 84% dos domicílios tinham dificuldades em levar a renda até o final do mês (Gráfico 8).

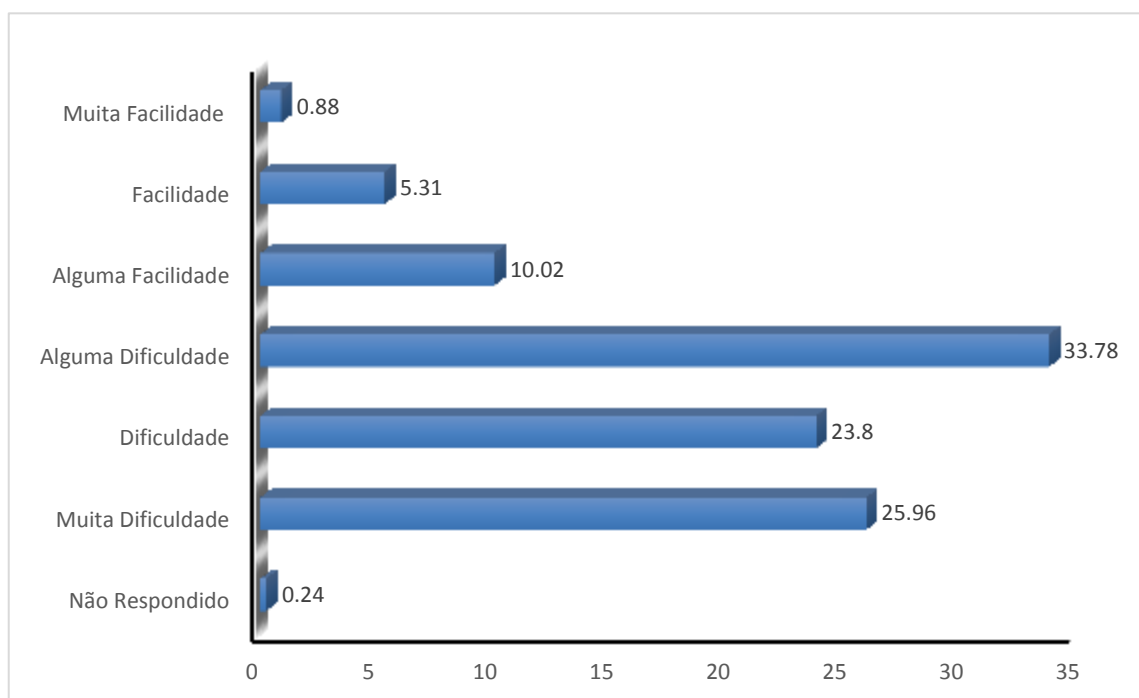


Gráfico 8 - Avaliação da renda familiar (%) para chegar até o fim do mês.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2001/02.

Analisando Minas Gerais, pode-se concluir que o consumo despendido para a alimentação das famílias, sobretudo de baixa renda é realocado a partir dos ganhos socioeconômicos do Plano Real. O elevado dispêndio com gastos alimentícios em 1987 sofre queda com a chegada do Real já em meados de 1995 promovendo outras opções de direcionamento da renda das famílias. O consumo intenso de itens essenciais dentro dos domicílios como frutas, pães, leites e derivados cedem lugar ao consumo mais

diversificado de itens como os cereais, leguminosas e oleaginosas e também itens como açúcares e seus derivados, além das carnes, vísceras e pescados que completam a nova situação vivenciada pelo consumidor no período de 1995 a 2001.

## 5 CONCLUSÕES

Esse trabalho teve como objetivo analisar o cenário econômico brasileiro na década de 80 e evidenciar o consumo alimentício de Minas Gerais no período 1987 a 2002. Com os resultados verificou-se que no período analisado houve ganho de bem-estar das famílias, grande parte dessa melhora é decorrente do aumento da renda média per capita nos domicílios e do controle inflacionário.

As medidas adotadas pelo Plano Real evidenciaram um aumento da renda no pós Real que contribuiu sobretudo para uma melhora na saúde financeira e alimentar das famílias. O consumo alimentício nos domicílios brasileiros de baixa renda é o que mais se desenvolveu no período analisado, fruto das alterações do consumo das famílias e as transformações socioeconômicas. Uma vez que as famílias no período, além do consumo alimentar mais qualitativo, passam a se preocupar também com a saúde e a educação.

Em relação a Minas Gerais, pode-se verificar que o consumo despendido para a alimentação das famílias, sobretudo de baixa renda, é realocado a partir dos ganhos socioeconômicos do Plano Real. O consumo intenso de itens essenciais dentro dos domicílios como frutas, pães, leites e derivados cedem lugar ao consumo mais diversificado de itens como os cereais, leguminosas e oleaginosas e também itens como açúcares e seus derivados, além das carnes, vísceras e pescados que completam a nova situação vivenciada pelo consumidor no período de 1995 a 2001.

As mudanças advindas do Plano Real referentes a estabilidade de preços vieram através de custos elevados que acarretaram em elevados déficits públicos e aumento da dívida externa. O aumento do endividamento é um fator importante que passa a ocorrer nas famílias de baixa renda e intermediária. Ocorre aumento no déficit orçamentário familiar no qual as famílias passaram a gastar mais do que recebem, gerando déficits constantes em seus orçamentos e restrições orçamentárias mais intensas que na maioria das vezes era sanada com a postergação do pagamento das dívidas. O plano tem seu lado oneroso representado pelo endividamento das famílias, aumento do desemprego e desigualdade na distribuição da renda.

Pode-se concluir que o consumo ainda segue como uma variável de grande impacto para as famílias e os gastos alimentares continuam representando uma parte significativa do orçamento dos domicílios. Com a implantação do Plano Real o cenário foi revisto e novas possibilidades foram criadas para garantir o equilíbrio econômico e o

consumo mais saudável dos consumidores de baixa renda, mas ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir a longevidade dos êxitos conquistados.

Assim, trabalhar com dados no período de 1990 a 1994 é desafiador. O período pós real oferece uma maior abstração de dados com maior qualidade e confiabilidade. Isso se dá pelo fato da própria evolução econométrica e das bases de dados, no qual passa a ocorrer um suporte maior que garante a possibilidade de desenvolvimento de um estudo mais profundo e análises mais precisas sobre o assunto deste trabalho. Fica como sugestões para trabalhos um estudo de caráter microeconômico sobre o assunto, com dados menos agrupados. A ideia partiria de análises do consumo micro entre as principais regiões brasileiras. O estudo geraria um peso a cada Estado e sua importância micro num ambiente macro. Ao final do estudo resultaria uma visão microrregional no qual pode-se apontar qual Região ou Estado o Plano Real obteve maior sucesso.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

### REFERENCIAS CITADAS

AGUIRRE, BASILIA, SADDI, FABIANA. “Uma alternativa de interpretação do II PND”. Revista de Economia Política. 17 (4), outubro/novembro 1997, p. 78-98.

ARIDA, P (1986) “Neutralizar a inflação, uma ideia promissora”, In: Rego, J. M. Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado, Ed. Paz e Terra. Originalmente publicado em Economia e Perspectiva, Boletim do Conselho Regional de Economia, setembro de 1984.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). CRESCIMENTO ECONÔMICO EM MINAS GERAIS, 1970 – 2010. Cadernos BDMG, Belo Horizonte, n. 22, p. 7-99, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.bdmg.mg.gov.br/BancoDesenvolvimento/CadernoEconomico/Cadernos%20BDMG%20-%20Ed.%2022%20-%20Abril%202013.pdf>> Acesso em: 24/01/2016.

BETING, J. Feijão ou requeijão? São Paulo, 06 fev. 2001. Disponível em: <[http://www.uol.com.br/aprendiz/n\\_colunas/j\\_beting/id061000.htm](http://www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/j_beting/id061000.htm)> Acesso em: 12/06 2016.

BRESSER PEREIRA, L. C.1994. "A economia e a política do Plano Real". Revista de Economia Política, vol. 14, nº4 (56), outubro-dezembro. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf>> Acesso em: 24/10/2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. "A Descoberta Da Inflação Inercial". Revista de Economia Contemporânea, vol. 14, nº1, Rio de Janeiro 2010.

CARDOSO, J. A Moratória De Minas Gerais. As Consequências Na Economia Nacional E A Desestabilização Do Plano Real, 1999. Disponível em: <<http://www.jurisdoctor.adv.br/artigos/minas.htm>> Acesso: 15 de fevereiro de 2016.

CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, 2006. Nova Economia, Belo Horizonte, 16 (1),101-134, janeiro-abril de 2006.

CARVALHO, C. E, OLIVEIRA, G. C, Fragilidade de grandes bancos no início do Plano Real. Nova Economia, Belo Horizonte, janeiro-junho de 2002. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/viewFile/394/400>> Acesso em: 18 de março de 2016.

CASTRO, LAVÍNIA BARROS DE. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio. et. al. Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASTRO, P. F DE, MAGALHAES, L. C. G DE, Recebimento e Dispendio das Famílias Brasileiras: Evidências Recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – 1995/1996. Março de 1998. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0614.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0614.pdf)> Acesso em: 12 de junho de 2016.

CERQUEIRA, Luiz Fernando. Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - Uma Sinopse. Dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD228.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD228.pdf)> Acesso em: 03 de outubro de 2015.

CORAZZA, GENTIL. Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. 2000. Disponível em: <[http://www.pppe.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.pppe.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)> Acesso em: 02 de março de 2016.

CORREIA, ROGERIO, Economia perde dinamismo e cresce em níveis inferiores à média nacional. 2014. Disponível em: <<http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/minas-gerais-economia-perde-dinamismo-e-cresce-em-niveis-inferiores-a-media-nacional/>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

CYRILLO, D.C, SAES, M. S. M, BRAGA, M. B. Tendências do consumo de alimentos e o Plano Real: uma avaliação para a grande São Paulo. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/117>> Acesso em: 23/04/2016.

FRANCO, Gustavo. O Plano Real e outros ensaios. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Perfil De Minas Gerais. 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/perfil-de-minas-gerais/499-perfil-de-minas-gerais-2013/file>> Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

GIAMBIAGI, Fábio et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Leia mais em: <<http://www.webartigos.com/artigos/plano-cruzado-i-cruzadinho-e-plano-cruzado-ii-um-estudo-a-cerca-das-medidas-tomadasnestes/117109/#ixzz3nYzT8wR3>>. Acesso em setembro de 2015.

GOVERNO DE MINAS GERAIS-PMDE, Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentado. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/pmdi/pmd-2000-2003.pdf>> Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

GOVERNO DE MINAS: Investa Em Minas. Boas razões para se investir em Minas Gerais. 2015. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/11972-investa-em-minas/11972/5042>> Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

IANONI, MARCUS. “Políticas públicas e Estado: o Plano Real”. Lua Nova, v. 78 São Paulo 2009.

MACHADO, CASSIANO. História da economia brasileira - Duas décadas na Economia Brasileira.2005. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA8SYAC/historia-economia-brasileira>> Acesso em: 01 de abril de 2016.

MAGALHÃES, L. A, 1998. Moratória De Minas Gerais Muda O Cenário Político Brasileiro Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed124/politica.htm>> Acesso: 14 de fevereiro de 2016.

MANKIWI, N.G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

MELLO, C. H. P, DELBONI, D. P. ReCaPe – Revista de Carreiras e Pessoas. São Paulo. V.04 n.01 Jan/Fev/Mar/Abr 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/19417/14392>> Acesso em: 26 de dezembro de 2015.

NAKANO, Y. As fragilidades do Plano Collor de estabilização. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 45, abril 1991.

OLIVEIRA, G. e TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. Tempo soc. [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 195-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a08v15n2.pdf>> Acesso em: 01 abril de 2016.

OREIRO, F. D. R. Os Microfundamentos Do Consumo: De Keynes Até A Versão Moderna Da Teoria Da Renda Permanente. Editora UFPR, p. 119-139, 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewFile/1996/1657>> Acesso em: 22/12/15.

PALOMBO, M. E. P. Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real. Outubro de 2011. Disponível em: <Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real > Acesso em: 10 de agosto de 2014.

PARREIRA, C. Tendências e ciclos comuns entre consumo e renda e a importância relativa dos choques permanentes e transitórios: Uma análise dos dados agregados brasileiros.2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6467/000442047.pdf?sequence=1>> Acesso em 11/01/16.

PÓLIS PAPERS 2000 Nr.6 Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. 2003. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/papers/homemaluf/consumo.html>> Acesso em: 21/06/2016.

RAMOS, F. A. C, Análise Comparativa Dos Planos Cruzado e Real. Escola De Pós-Graduação Em Economia – EPGE Rio de Janeiro – RJ – Brasil, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/334/1729.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 de setembro de 2015.



RENNO, M. Uma Breve Análise Do Consumo Na Visão Keynesiana.2014. Disponível em: < <https://nepom.wordpress.com/2014/06/06/uma-breve-analise-do-consumo-na-visao-de-keynesiana/> > Acesso em: 22/12/15.

SIMONSEN, M. H, CYSNE, P. R, Demanda agregada e a curva IS. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/986/109\\_000050645.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/986/109_000050645.pdf?sequence=1)> Acesso em: 18 de março de 2016.

SOARES, F. A. R. A administração da taxa de câmbio no plano real e os fundamentos econômicos brasileiros. Brasília, julho de 2006. Disponível em: < [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/eppgg/producaoacademica/tese\\_-fernandosoares.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/eppgg/producaoacademica/tese_-fernandosoares.pdf)> Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

## **REFERENCIAS CONSULTADAS**

BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (org.). O Brasil pós-real: a política econômica em debate. Campinas (SP): Unicamp, 1997.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Economia Mineira 1989: diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte: BDMG, 1989. v. 1. IPEADATA (2007). Diversas estatísticas. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Diversos acessos.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Minas Gerais do século XXI. Belo Horizonte, Rona Editora, v. 1., 2002. Disponível também Em: <<http://www.bdmg.mg.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2015.

BRACALE, G., MANDAI, G. B. K, SOUSA, E. L. L, TAGLIALEGNA, G. H. F. Papel da Agricultura no Plano Real: Estabilização da Moeda e Modernização do Setor. Revista de Política Agrícola, Ano IX, n° 03, Jul - Ago - Set, 2000. Disponível em: < [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/Revista%203%2000.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%203%2000.pdf)> Acesso: 10 de junho de 2016.

CUNHA, P.H.F.A Estabilização em Dois Registros. Estudos Econômicos, São Paulo, v.36, n.2, p.383-402, abril-junho 2006.

DALBOSCO, L, DALBOSCO, E. Z, PALUDO N. J, FOLETTTO, P. R. Macro fundamentos de consumo: Uma abordagem das teorias do comportamento do consumidor. Disponível em: <<http://faculdelasalle.edu.br/mic/trabalhos/T-55f76df5c257c.doc>> Acesso em: 22/12/15.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. História do Plano Real: Fundamentos, Impactos e Contradições. Editora Bom tempo. 3ªEd. 2000,

FLAVIN, M. A. (1981). The adjustment of consumption to changing expectations about future income. Journal of Political Economy, v.89, n.5, p.974-1009.

GOMES, F. A. R. et.al. Principais Características do Consumo de Duráveis no Brasil e Testes de Separabilidade entre Duráveis e Não duráveis. Revista Brasileira de Economia, n.59, p. 33-60. Disponível em:<<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/892/78>> Acesso: 03 de outubro de 2015.

GOMES, F. A. Consumo no Brasil: Teoria da Renda Permanente, Formação de Hábito e Restrição à Liquidez. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, n.3, p. 381-402, Jul. -Set. 2004.

GOVERNO SARNEY: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/governo-sarney-um-estudo-bibliografico/120552/>> Acesso: 05 de outubro de 2015.

GOVERNO DE MINAS: ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO. Disponível em :<<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10201-itamar-augusto-cautiero-franco/5794/5241>> Acesso: 28 de novembro de 2015.

GUJARATI, D. N. Econometria Básica: 4ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier- Campus, 2006.

MENDES L. G, A Ética E A Ousadia Do Presidente Itamar Franco, Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.4, n. 5, julho 2011.

MORETTIN, P. A, TOLOI, C. M. C, 1981. Modelos para previsão de series temporais. Instituto de matemática pura e aplicada-IMPA. Disponível em:<[http://www.impa.br/opencms/pt/biblioteca/cbm/13CBM/13\\_CBM\\_81\\_01.pdf](http://www.impa.br/opencms/pt/biblioteca/cbm/13CBM/13_CBM_81_01.pdf)>Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

PAULA, D. O sucesso do Plano Real na economia brasileira. Disponível em: <[http://www.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224\\_084806.pdf](http://www.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224_084806.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

PEREIRA, E. Brasil: Economia - Governos Collor e Itamar Franco. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/brasil-economia-governos-collor-e-itamar-franco/69452/>> Acesso em: 29/11/2015.

SILVA, J. M. DA, PAULA, N. M. DE. Alterações no padrão de consumo de alimentos no brasil após o plano real. Disponível em: <[http://www.pet-economia.ufpr.br/banco\\_de\\_arquivos/00015\\_artigo\\_evinvi\\_Joselis.pdf](http://www.pet-economia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00015_artigo_evinvi_Joselis.pdf)> Acesso em: 10 junho de 2016.

## ANEXOS

Tabela 1A - Minas Gerais - dados desagregados

Descrição - Itens Desagregados	POF 87	POF 95
9101 - Frango Abatido	0,4	1,05
9102 - Frango Congelado	0,04	0,50
9114 - Frango Vivo	0,18	0,02
9133 - Ovo De Galinha	0,82	0,38
9151 - Leite De Vaca Pasteurizado	4,5	2,52
9152 - Leite De Vaca Fresco (In Natura)	0,27	0,18
9162 - Iogurte De Qualquer Sabor	0,23	0,24
9165 - Manteiga Com Ou Sem Sal	0,19	0,11
9166 - Margarina Vegetal Com Ou Sem Sal	0,39	0,21
9170 - Queijo De Minas	0,23	0,16
9201 - Pão Francês	5,93	3,60
9202 - Pão Doce	0,56	0,43
9205 - Pão De Forma Industrializado De Qualquer Marca	0,13	0,17
9222 - Biscoito Salgado	0,41	0,42
9223 - Biscoito Doce	0,42	0,40
9272 - Linguiça (Varejo)	0,23	0,16
9279 - Presunto De Qualquer Tipo	0,12	0,15
4203 - Dentadura	0,02	0,03

Fontes: POF 1986/87 e 1995/96.